



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE020/2026PMQ
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 063/2026

1. PREÂMBULO:

1.1. Torna-se público que a **PREFEITURA MUNICIPAL DE QUIJINGUE**, sediada na Rua Hermógenes José da Silva, S/N – Centro, Quijingue – Bahia, representado pelo seu Prefeito o Sr. José Romero Rocha Matos Filho e por meio do Pregoeiro designado, torna público que realizará **Pregão Eletrônico**, com critério de julgamento **menor preço por lote**, nos termos da Lei nº 14.133/2021 e nas condições estabelecidas neste instrumento convocatório.

1.2. O pregão será realizado pelo Pregoeiro Oficial o Srº. **ROBERLANDIO SOUZA PINTO**, matrícula Nº 1050, designado pelo Decreto Municipal Nº 050, de 08 de janeiro de 2025 e Equipe de Apoio constituída pelos servidores: **JARBAS SILVA ABREU**, matrícula Nº 4.118 e **JOUBERT BRITO DA SILVA**, matrícula Nº 4.174.

1.3. A sessão de pregão será realizada conforme informações abaixo:

DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO ELETRÔNICO:

DATA: **20 DE MAIO DE 2026.**

HORÁRIO DA SESSÃO: **12H00MIN (HORÁRIO DE BRASÍLIA)**

LOCAL: **[HTTPS://LICITANET.COM.BR/](https://licitanet.com.br/)**

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: **MENOR PREÇO POR LOTE**

MODO DE DISPUTA: **ABERTO**

1.4. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública, observarão obrigatoriamente o horário de Brasília - DF e, dessa forma, serão registradas no sistema e na documentação relativa ao certame.

1.5. A sessão de pregão será realizada no sítio eletrônico de compras da Prefeitura Municipal de Quijingue – Bahia, através da plataforma eletrônica **<https://licitanet.com.br/>**.

1.6. Edital completo para consulta e retirada nos endereços eletrônicos: **<https://licitanet.com.br/>**, Portal da transparência **<https://www.quijingue.ba.gov.br/site/editais>** e no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) **<https://www.gov.br/pncp/pt-br>**.

1.7. A comunicação com a licitante vencedora será realizada preferencialmente por meio do endereço eletrônico informado no sistema licitatório, incluindo o e-mail **prefeituradequijingue4@gmail.com**, sendo considerado válido o envio para tal endereço para fins de convocação para assinatura de ata ou contrato.

1.8. O licitante vencedor deverá aplicar, de forma linear, o percentual de desconto ofertado sobre todos os preços unitários constantes da planilha orçamentária, vedada a aplicação de descontos diferenciados



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

entre os itens, sob pena de desclassificação, com o objetivo de evitar distorções na composição dos preços (jogo de planilha).

2. OBJETO E DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

2.1. O objeto da presente licitação é **contratação de empresa especializada na prestação de serviços técnicos de organização, planejamento e execução de processo seletivo simplificado, destinado ao provimento de vagas temporárias e à formação de cadastro de reserva para cargos de níveis fundamental, médio/técnico e superior, no âmbito do Município de Quijingue/BA.**

2.2. A licitação será composta por **lotes**, conforme planilhas constantes do Termo de Referência – Anexo II deste edital.

2.3. O critério de aceitabilidade de preços unitários máximos está indicado no Termo de Referência, Anexo II do Edital.

2.4. O presente edital vincula-se integralmente ao Termo de Referência (Anexo II), o qual contém as especificações técnicas, quantitativos e condições de execução do objeto.

3. PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO:

3.1. **PODERÁ PARTICIPAR** desta licitação qualquer pessoa jurídica, regularmente estabelecida no País, cujo ramo de atividade constante de seus atos constitutivos seja compatível com o objeto do presente Certame, e que satisfaça todas as exigências, condições e normas contidas neste Edital e seus Anexos;

3.1.1. Como requisito para participação neste Pregão, o licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, que está ciente e concorda com as condições previstas neste edital e seus anexos e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos na Seção "DA HABILITAÇÃO".

3.1.2. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta sujeitará o licitante às sanções previstas neste edital.

3.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.3. Não poderão participar deste PREGÃO ELETRÔNICO, as empresas enquadradas nos casos a seguir:

3.3.1. Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

3.3.2. Que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

3.3.3. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

3.3.4. Que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º, § 1º, da Lei Nº 14.133, de 2021 (Art. 9º - § 1º Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público de órgão ou entidade licitante ou contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria).

3.3.5. Que estejam sob falência, concurso de credores, concordata ou em processo de dissolução ou liquidação, exceto se demonstrada a viabilidade econômica, nos termos da legislação vigente.

3.3.6. Que se enquadrem nas seguintes vedações (**Art. 14 da Lei Nº 14.133 de 1º de abril de 2021**):

3.3.7. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário);

3.3.8. Empresas proibidas de contratar com o Poder Público nos termos do art. 12 da Lei Nº 8.429/92 (Lei de Improbidade Administrativa).

3.4. COMO CONDIÇÃO PARA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO, A LICITANTE ASSINALARÁ NO SISTEMA ELETRÔNICO, RELATIVO ÀS SEGUINTE DECLARAÇÕES:

3.4.1. Será concedido tratamento diferenciado para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei Nº 14.133/2021, nos limites previstos da Lei Complementar Nº 123/2006 e do Decreto Federal Nº 8.538/2015.

3.4.1.1. As microempresas e empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente poderão usufruir dos benefícios previstos na Lei Complementar nº 123/2006, especialmente aqueles destinados à promoção do desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional, observados os critérios e limites estabelecidos na legislação vigente.

3.4.2. Que conhece todas as regras do edital, bem como todos os requisitos de habilitação, e que a proposta está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório;

3.4.3. Que nos valores propostos estão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens ou serviços.

3.4.4. Que a proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

3.4.5. Que cumpre os requisitos de habilitação e que as declarações informadas são verídicas, conforme art. 63, inciso I, da Lei Nº 14.133/2021.

3.4.6. Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

3.4.7. Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

3.4.8. Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal; e

3.4.9. Que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, conforme art. 63, inciso IV, Lei Nº 14.133/2021.

3.5. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

3.6. DO CREDENCIAMENTO NO SISTEMA E EFETIVA PARTICIPAÇÃO:

3.6.1. Somente poderão participar deste PREGÃO ELETRÔNICO, via internet, os interessados cujo objetivo social seja pertinente ao objeto do certame, que atendam a todas as exigências deste Edital e da legislação a ele correlata, inclusive quanto à documentação, e que estejam devidamente credenciadas, através do site <https://licitanet.com.br/>;

3.6.2 A participação no Pregão Eletrônico se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do licitante e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio da Plataforma Eletrônica, observada data e horário limite estabelecidos.

3.6.3. Independentemente de declaração expressa, a simples apresentação de proposta implica submissão a todas as condições estipuladas neste Edital e seus Anexos, sem prejuízo da estrita observância das normas contidas na legislação mencionada em seu preâmbulo;

3.6.4. Todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de propostas serão de responsabilidade exclusiva do licitante, não sendo do órgão licitante, em nenhuma hipótese responsável pelos mesmos. O licitante também é o único responsável pelas transações que forem efetuadas em seu nome no Sistema Eletrônico, ou pela sua eventual desconexão;

3.6.5. As Licitantes interessadas deverão proceder ao credenciamento antes da data marcada para início da sessão pública via internet;



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

3.6.6. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao Sistema Eletrônico, no site: <https://licitanet.com.br/>;

3.6.7. O credenciamento junto ao provedor do Sistema implica na responsabilidade legal única e exclusiva do Licitante, ou de seu representante legal e na presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico;

3.6.8. O uso da senha de acesso pelo Licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do Sistema, ou do órgão licitante, promotora da licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que, por terceiros;

3.6.9. A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas ao provedor do Sistema para imediato bloqueio de acesso;

3.7. A participação na sessão pública da internet dar-se-á pela utilização da senha privativa do licitante.

3.7.1. Os documentos necessários à participação na presente licitação, compreendendo os documentos referentes à proposta de preço e à habilitação (e seus anexos), deverão ser apresentados no idioma oficial do Brasil, com valores cotados em moeda nacional do país;

3.7.2. Não serão aceitos documentos apresentados por meio de fitas, discos magnéticos, filmes ou cópias em fac-símile, mesmo autenticadas, salvo quando expressamente permitidos no Edital;

3.7.3. Admitem-se fotos, gravuras, desenhos, gráficos ou catálogos apenas como forma de ilustração dos itens constantes da proposta de preços;

3.7.4. Os licitantes devem estar cientes das condições para participação no certame e assumir a responsabilidade pela autenticidade de todos os documentos apresentados;

3.7.5. O fornecedor registrado deverá manter, durante toda a vigência da Ata de Registro, as mesmas condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

3.7.6. Os licitantes interessados em usufruir dos benefícios estabelecidos pela Lei Complementar Nº 123/2006 deverão atender às regras de identificação, atos e manifestação de interesse, bem como aos demais avisos emitidos pelo Agente de Contratação (Pregoeiro) ou pelo sistema eletrônico, nos momentos e tempos adequados.

3.8. GARANTIA DA PROPOSTA

3.8.1. Será exigida garantia da proposta como condição de participação no certame, correspondente a 1% (um por cento) do valor estimado da contratação.

3.8.2. A garantia poderá ser prestada nas seguintes modalidades:



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

- I. Caução em dinheiro ou títulos da dívida pública;
- II. Seguro-garantia;
- III. Fiança bancária.

3.8.3. A exigência da garantia de proposta encontra-se devidamente justificada no Termo de Referência (Anexo II), considerando o valor estimado da contratação, a complexidade do objeto e a necessidade de assegurar a seriedade das propostas, nos termos do art. 58 da Lei nº 14.133/2021.

3.8.4. A ausência da garantia da proposta implicará na desclassificação da proposta.

3.8.5. A garantia será devolvida:

- I. Aos licitantes não vencedores, após a homologação;
- II. Ao licitante vencedor, após a assinatura do contrato.

3.8.6. A garantia será executada caso o licitante:

- I. Retire sua proposta durante o prazo de validade;
- II. Deixe de assinar o contrato ou não apresente a garantia contratual, quando exigida.

4. DA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO:

4.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio das propostas.

4.1.1. Os documentos de habilitação serão enviados **posteriormente a fase de lances**, por meio de sistema, estabelecendo-se, na sessão um prazo de envio de no mínimo **02 (duas) horas**, contados da convocação a ser exposta.

4.1.2. Todos os documentos de habilitação poderão ser apresentados com autenticação eletrônica, documentos em formato PDF emitidos pelos órgãos competentes. Caso haja dúvidas durante a sessão quanto aos documentos inseridos, serão utilizadas as diligências necessárias para sanar possíveis dúvidas de sua autenticidade (Art. 64, da Lei Nº 14.133/2021).

4.1.3. As licitantes deverão encaminhar/anexar, via sistema, os documentos de habilitação exigidos pelo Edital, sob pena de inabilitação.

4.2. O envio da proposta e dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, **ocorrerá por meio de chave de acesso e senha**.

4.3. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

4.4. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

4.5. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema.

4.6. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

4.7. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do Agente de Contratação (Pregoeiro) e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA:

5.1. Para aceitabilidade da proposta, o (a) licitante que ofertou o menor preço deverá formular e encaminhar, após o término da etapa de lances, sua proposta por escrito, em conformidade com os lances eventualmente ofertados, devendo estar de acordo com as especificações constantes do Termo de Referência, Anexo II, deste Edital, e conter, ainda, os seguintes dados:

a) PRAZO DE VALIDADE DE, NO MÍNIMO, 60 (SESSENTA) DIAS, a contar da data marcada para a abertura da presente licitação. Em caso de omissão, considerar-se-á aceito o prazo citado nesta alínea;

b) PREÇO GLOBAL DO LOTE, expresso em moeda nacional, incluindo todos os custos diretos e indiretos.

c) DECLARAÇÃO no corpo da proposta, de que o preço ofertado inclui todos os custos e despesas inerentes ao objeto licitado, tais como: manutenção, seguro, equipamentos, impostos e taxas e outro mais que possa influir direta ou indiretamente no custo do Fornecimento. A falta de manifestação implicará em declaração de que todas as despesas já estão inclusas;

d) RAZÃO SOCIAL, ENDEREÇO, telefone/fax, número do CNPJ, banco, agência, número da conta corrente;

5.2. O encaminhamento das propostas pressupõe o conhecimento e atendimento de todas as exigências contidas no Edital e seus anexos.

5.3. A empresa será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

5.4. A proposta de preços deverá ser elaborada em conformidade com o disposto no Termo de Referência, incluindo todas as informações necessárias à perfeita compreensão dos produtos ofertados, sob pena de desclassificação.

5.5. Os preços deverão ser cotados em moeda corrente nacional pelo sistema eletrônico, o(a) licitante deverá preencher as informações no



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

Campo "Informações Adicionais" ou anexá-las no campo apropriado do sistema **LICITANET**, sob pena de desclassificação e neles deverão estar inclusas todas e quaisquer despesas, salários, encargos sociais, trabalhistas e previdenciários, fardamento, materiais utilizados durante o período de fornecimento, tributos diretos e indiretos incidentes sobre o objeto licitado.

5.6. Em nenhuma hipótese poderá ser alterado o conteúdo da proposta inicialmente apresentada, salvo nos casos de ajustes de valores, após o encerramento da etapa de lances, se houver.

5.7. O licitante vencedor do certame poderá apresentar, juntamente com a sua proposta de preços, planilha de composição de custos, contendo a discriminação detalhada do preço ofertado, abrangendo todos os insumos, encargos, tributos, despesas indiretas e margem de lucro, de forma a demonstrar a formação do preço final.

5.7.1. Será obrigatória a apresentação da planilha de composição de custos quando a proposta apresentar desconto significativo que possa indicar indício de inexequibilidade.

5.7.2. Na hipótese prevista no subitem anterior, a planilha deverá ser apresentada no prazo a ser definido pelo Pregoeiro/Agente de Contratação, acompanhada de documentos que comprovem a viabilidade econômica da proposta, tais como notas fiscais, contratos, orçamentos ou documentos equivalentes.

5.7.3. A não apresentação da planilha ou a comprovação insuficiente da exequibilidade da proposta poderá ensejar a desclassificação da licitante, nos termos do art. 59, §2º, da Lei nº 14.133/2021.

5.8. Ao disponibilizar sua proposta através do aplicativo www.licitanet.com.br, não poderá conter nenhum tipo de informação (logomarca, CNPJ, nome do(a) representante, telefone, endereço) que identifique a interessada, sob pena de desclassificação na participação do certame licitatório, observando-se que tal exigência refere-se apenas as informações inseridas nos **campos do sistema** (proposta inicial alimentada no sistema); os arquivos em "PDF" poderão seguir a formatação padrão do licitante incluindo dados da proponente (cabeçalho e demais dados pessoais), vez que os mesmos só ficarão disponíveis após fase de lances.

5.9. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas dos Municípios e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

5.10. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

5.10.1. O prazo de entrega deverá observar o disposto no Termo de Referência (**Anexo II**), contados a partir do recebimento da Ordem de Fornecimento devidamente emitida e acompanhada da respectiva nota de empenho, conforme condições detalhadas no referido anexo.

5.10.2. O local de entrega será aquele definido no Termo de Referência (**Anexo II**), devendo ocorrer nas dependências do órgão ou entidade contratante, conforme indicado na Ordem de Fornecimento, observadas as condições e especificações constantes no referido instrumento.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DOS LANCES:

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. O Agente de Contratação (Pregoeiro) verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis, ilegalidades, ou não apresentem as especificações exigidas no Termo de Referência.

6.3. Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

6.4. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

6.5. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

6.6. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

6.7. O chat permanecerá disponível durante toda a sessão pública, podendo o Pregoeiro utilizá-lo conforme necessidade para comunicação com os licitantes.

6.8. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.9. A disputa ocorrerá pelo valor **GLOBAL DO LOTE**.

6.10. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.11. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

6.12. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances será de 1% (um por cento), incidente sobre o valor do lance imediatamente anterior, aplicado de forma uniforme para todos os lotes.

6.13. O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a 20 (vinte) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a 03 (três) segundos, sob pena de serem automaticamente descartados pelo sistema os respectivos lances.

6.14. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o **modo de disputa "aberto"**, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.15. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado e estabelecido no item "6.14", observando-se o seguinte:

6.15.1. Adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "aberto", os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.15.1.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.15.1.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.15.1.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

6.15.1.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.15.1.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.15.2. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.15.3. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.15.4. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

6.15.5. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.15.6. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.15.7. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.15.8. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação do porte da entidade empresarial. Identificadas as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, proceder-se-á a comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar Nº 123, de 2006, conforme regulamento específico.

6.15.9. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.15.10. A mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.15.11. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.15.12. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.15.13. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

6.15.14. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei Nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

6.15.14.1. Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.15.14.2. Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

6.15.14.3. Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.15.14.4. Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.15.15. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.15.15.1. Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

6.15.15.2. Empresas brasileiras;

6.15.15.3. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.15.15.4. Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei Nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

6.15.16. Encerrada a etapa de envio de lances, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas com o primeiro colocado, caso sua proposta permaneça acima do preço máximo definido pela Administração.

6.15.16.1. Não será admitida a previsão de preços diferentes em razão de local de entrega ou de acondicionamento, tamanho do lote ou qualquer outro motivo.

6.15.17. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.15.18. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.15.19. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.15.20. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo mínimo de **2 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.15.20.1. Esse prazo de **2 (duas) horas** iniciará a partir do momento que o Pregoeiro registrar o aviso de solicitação de Proposta Final na aludida plataforma.

6.15.20.2. Caso o aviso de solicitação de proposta seja inserido na plataforma eletrônica do **LICITANET – www.licitanet.com.br** após às **17 horas**, esse prazo só será contabilizado a partir das 08 horas do dia útil seguinte, são aqueles de segunda a sexta-feira, exceto feriado;

6.15.20.3. A ausência de documento e/ou qualquer descumprimento acarretará a imediata desclassificação da proposta da empresa de menor preço no respectivo lote, e convocação da empresa remanescente;

6.15.20.4. O encaminhamento das propostas pressupõe o conhecimento e atendimento de todas as exigências contidas no Edital e seus anexos.

6.15.21. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.15.22. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6.16. A vedação de identificação da proposta aplica-se exclusivamente aos campos do sistema eletrônico, sendo admitida a identificação nos documentos anexados quando exigidos após a fase de lances.

7. FASE DE JULGAMENTO:

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei Nº 14.133/2021](#), legislação correlata, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>);

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

7.1.3. Relação de apenados TCM/BA, através do link (<https://www.tcm.ba.gov.br/portal-do-gestor/impedidos-de-contratar/>).

7.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 3.4.1. deste edital.

7.5. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

7.6. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.6.1. Contiver vícios insanáveis;

7.6.2. Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

7.6.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

7.6.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.6.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.7. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

7.8. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

7.9. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

7.9.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

7.9.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.10. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

7.11. Nos termos do art. 34 da Instrução Normativa nº 73/2022, no caso de bens e serviços em geral, serão considerados indícios de inexequibilidade as propostas cujos valores sejam inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor estimado pela Administração.

7.11.1. A caracterização de inexequibilidade poderá ensejar a desclassificação automática da proposta, podendo a Administração oportunizar à licitante a comprovação da viabilidade econômica da oferta, mediante apresentação de documentos que demonstrem a exequibilidade dos preços propostos.

7.11.2. Para fins de comprovação da exequibilidade, poderão ser exigidos, dentre outros documentos, planilha detalhada de composição de custos, memória de cálculo, notas fiscais, contratos, orçamentos ou outros elementos que evidenciem a compatibilidade da proposta com os custos de mercado.

7.11.3. Não serão considerados aptos à comprovação da exequibilidade documentos que evidenciem custos superiores aos valores ofertados ou que se baseiem exclusivamente em alegações genéricas de redução de custos ou economia de escala desacompanhadas de comprovação objetiva.

7.11.4. Os documentos apresentados para fins de comprovação da exequibilidade deverão possuir data compatível com a realidade de mercado, admitindo-se, como referência, documentos emitidos nos últimos 12 (doze) meses anteriores à data de abertura do certame.

7.11.5. Caso não seja comprovada a exequibilidade da proposta, esta será desclassificada, nos termos da legislação vigente.

7.11.6. A apresentação de informações inverídicas ou insuficientes para comprovação da exequibilidade sujeitará a licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133/2021.

7.12. Sem prejuízo do disposto acima, a Administração poderá realizar diligências para verificar a exequibilidade das propostas, nos termos do art. 64 da Lei nº 14.133/2021.

7.13. O licitante é responsável pela veracidade e consistência de sua proposta, assumindo integral responsabilidade pela execução do objeto nas condições ofertadas.



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

7.14. A adoção de parâmetros objetivos para identificação de propostas inexequíveis encontra respaldo na jurisprudência dos órgãos de controle, notadamente do Tribunal de Contas da União, que reconhece a necessidade de critérios claros para evitar propostas inviáveis e assegurar a execução contratual.

7.15. Nesse sentido, destaca-se que a fixação de limite mínimo de exequibilidade, quando prevista em lei, visa resguardar a Administração Pública contrapropostas incompatíveis com os custos reais de execução, prevenindo riscos à execução contratual e prejuízos ao interesse público.

8. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA:

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo mínimo de 02 (duas) horas a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:

8.1.1. Ser redigida em língua portuguesa, digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

8.1.2. Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

8.1.3. Enviar a proposta final em arquivo editável preferencialmente em formato editável (DOC, DOCX, XLS ou XLSX).

8.1.4. No mesmo prazo do item 6.15.22., o licitante deverá realizar o ajuste da proposta no SISTEMA. Havendo dúvidas sobre o ajuste as licitantes deverão entrar em contato com o suporte da plataforma.

8.1.5. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

8.1.6. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

8.1.7. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e por extenso.

8.1.8. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço total do lote, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

8.1.9. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

8.1.10. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

8.1.11. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

8.1.12. Esse prazo de **02 (duas) horas** iniciará a partir do momento que o Pregoeiro registrar o **aviso de solicitação de Proposta Final** na aludida plataforma.

8.1.13. Caso o aviso de solicitação de proposta seja inserido na plataforma eletrônica do **LICITANET – www.licitanet.com.br** após às 17 horas, esse prazo só será contabilizado a partir das **08 horas do dia útil seguinte, são aqueles de segunda a sexta-feira, exceto feriado**;

8.2. Considera-se inexequível a proposta que apresente preços unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

8.3. A Administração poderá realizar diligências, de ofício ou por provocação de interessado, para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir dos licitantes que ela seja demonstrada, conforme disposto no parágrafo 2º do Art. 59 da Lei Nº 14.133/2021.

8.4. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;

8.5. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;

8.6. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 2 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.

8.7. O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Pregoeiro

8.8. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

8.9. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

8.10. O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

8.11. Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

8.12. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

8.13. Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

8.14. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

9. DA FASE DE HABILITAÇÃO:

9.1. Os documentos previstos no Edital, são necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, **serão exigidos para fins de habilitação**, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei Nº 14.133, de 2021](#).

9.1.1. Para dar efetivo cumprimento as regras estabelecidas pelo Tribunal de Contas dos Municípios da Bahia, através da RESOLUÇÃO TCM/BA nº 1.383/2019 que alterou a Resolução nº 1060/2005, estabelecendo as normas para a apresentação da prestação de contas mensal e anual de Prefeituras e Mesas de Câmaras, passando a exigir no § 2º que **os documentos deverão ser apresentados em formato PDF pesquisável convertido a partir de seus arquivos originais** (Word, Excel, Libre Office, Open Office, etc.), **não podendo conter informações ilegíveis; baixa qualidade da resolução dos dados; listas e/ou falhas em seu conteúdo, capaz de impedir o devido encaminhamento e análise por parte do órgão de contas**, fica ADVERTIDA que a empresa licitante que encaminhar documentos sem atender a essas exigências técnicas expressas no art. 9º, item 45, §2º da Resolução TCM nº 1060/2005 (alterada pela Resolução TCM/BA nº 1383/2009).

9.2. Os documentos exigidos para fins de habilitação serão apresentados em **ORIGINAL** por **CÓPIA AUTENTICADA DIGITALMENTE**.

9.2.1. Todos os documentos assinados eletronicamente por certificados digitais passarão por uma verificação e a validação das



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

assinaturas digitais a partir da cadeia de confiança da ICP-Brasil e do Validador de Documentos Digitais, pois um documento eletrônico com assinatura digital tem presunção de legalidade e garantias de autoria, integridade, autenticidade, qualificação, confidencialidade, temporalidade e não repúdio, de acordo com a regulamentação da ICP-Brasil e com as definições contidas na [Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de Agosto de 2001](#), que instituiu a ICP-Brasil. Não sendo possível a sua verificação poderá ser a empresa desclassificada e penalizada por apresentar documentos sem legalidade e garantia de autoria, integridade, autenticidade, qualificação, confidencialidade e temporalidade.

9.2.2. Porém, se a autenticação foi feita por outro sistema, será necessário fazer o upload do arquivo que recebeu a assinatura, que deverá ser entregue em mídia na sessão para análise e devolvida. Logo, este método verifica qualquer assinatura digital que esteja de acordo com as normas da ICP-Brasil. Desta forma é possível, também, verificar um lote de assinaturas de uma vez e extrair um relatório, se desejar.

9.2.3. A verificação de uma assinatura digital é realizada por algum software capaz de realizar esta operação. Comumente, os softwares de assinatura digital já contemplam a funcionalidade de verificação de assinatura. A integridade é determinada pela comparação do resumo criptográfico (HASH) do documento original com o resumo criptográfico cifrado pelo signatário. A obtenção do resumo criptográfico é possível através da decifragem da assinatura, utilizando a chave pública do certificado do assinante.

9.3. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei Nº 14.133/2021](#)).

9.4. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. ([IN nº 3/2018, art. 4º, § 1º, e art. 6º, § 4º](#)).

9.5. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

9.6. Os documentos relativos à habilitação que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

9.7. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei Nº 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, § 4º](#)):



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

9.7.1. Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

9.7.2. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

9.8. Na análise dos documentos de habilitação, o responsável pela condução do processo poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.9. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

9.10. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

9.11. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

9.12. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os documentos exigidos para fins de habilitação constantes do **ANEXO II – TERMO DE REFERÊNCIA** deste e serão solicitados do fornecedor mais bem classificado na fase de lances.

9.13. A habilitação será realizada após a fase de julgamento das propostas, conforme disposto na Lei nº 14.133/2021.

10. DOS RECURSOS:

10.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei Nº 14.133, de 2021](#).

10.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

10.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

10.3.1. A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

10.3.2. O prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos;

10.3.3. O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

10.3.4. Na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no [§ 1º do art. 17 da Lei Nº 14.133, de 2021](#), o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

10.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

10.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

10.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

10.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico <https://www.licitanet.com.br>.

11. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA:

11.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

11.2. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

11.3. Quando houver erro na aceitação do preço mais bem classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC Nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

11.4. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

11.5. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat"), ou e-mail, ou de acordo com a fase do procedimento licitatório.

11.6. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no <https://www.licitanet.com.br>, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

12. DA ADJUDICAÇÃO, HOMOLOGAÇÃO E DA CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DO CONTRATO:

12.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

12.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

12.3. O adjudicatário será convocado para assinar o contrato no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados da convocação, podendo ser prorrogado por igual período, mediante justificativa aceita pela Administração.

12.4. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Contrato, a Administração poderá encaminhá-la para assinatura, mediante meio eletrônico, para que seja assinada e devolvida através do endereço eletrônico constante do preâmbulo, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados do envio do e-mail.

12.5. Para celebração do contrato o licitante deverá manter todas as condições de habilitação, reapresentando todas as certidões de regularidade exigidas por ocasião da licitação.

12.6. Farão parte integrante do contrato todos os elementos apresentados pelo licitante vencedor, que tenham servido de base à Licitação, bem como as condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

13. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES:

13.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

13.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

13.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

13.1.2.1. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

13.1.2.2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

13.1.2.3. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

13.1.2.4. Deixar de apresentar amostra;

13.1.2.5. Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

13.1.3. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

13.1.3.1. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

13.1.4. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

13.1.5. Fraudar a licitação;

13.1.6. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

13.1.6.1. Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

13.1.6.2. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

13.1.6.3. Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

13.1.7. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

13.1.8. Praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013](#).

13.2. Com fulcro na [Lei Nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

13.2.1 Advertência;

13.2.2. Multa;

13.2.3. Impedimento de licitar e contratar e

13.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

13.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

13.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida.

13.3.2. As peculiaridades do caso concreto

13.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes

13.3.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública

13.3.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **10 (dez) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.

13.4.1. Para as infrações previstas nos itens **13.3.1.**, **13.3.2.**, e **13.3.3.**, a multa será de **0,5%** a **15%** do valor do contrato licitado.

13.4.2. Para as infrações previstas nos itens **13.1.4.**, **13.1.5.**, **13.1.6.**, **13.1.7.** e **13.1.8.**, a multa será de **15%** a **30%** do valor do contrato licitado.



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

13.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

13.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

13.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens **13.1.1.**, **13.1.2.** e **13.1.3.**, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

13.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens **13.1.4.**, **13.1.5.**, **13.1.6.**, **13.1.7.** e **13.1.8.**, bem como pelas infrações administrativas previstas itens **13.1.1.**, **13.1.2.** e **13.1.3.**, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no [art. 156, § 5º, da Lei Nº 14.133/2021](#).

13.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item **13.1.3**, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do [art. 45, § 4º da IN SEGES/ME Nº 73, de 2022](#).

13.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

13.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

13.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

14. DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO:

14.1. Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no **Termo de Referência (ANEXO II)** e documentos complementares, elaborados, exclusivamente, pelos órgãos requisitantes, respeitada a segregação de funções.

15. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA:

15.1. As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas, conforme **Termo de Referência (ANEXO II)**, e concomitantemente, na **Minuta do Contrato (ANEXO VII)** e na **Minuta da Ata de Registro de Preço (ANEXO VIII)**.

16. DO PAGAMENTO:

16.1. As regras acerca do pagamento são as estabelecidas no **Termo de Referência (ANEXO II)**, e concomitantemente, na **Minuta do Contrato (ANEXO VII)** e na **Minuta da Ata de Registro de Preço (ANEXO VIII)**, sendo parte integrante deste edital.

17. DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO:

17.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei Nº 14.133, de 2021](#), devendo protocolar o pedido até 3 (cinco) dias úteis antes da data da abertura do certame.

17.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

17.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo seguinte meio: (sistema eletrônico) <https://licitanet.com.br/>;

17.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

17.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

17.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

18. RECURSOS ADMINISTRATIVOS:

18.1. Dos atos da Administração decorrentes deste procedimento caberá recurso administrativo, nos termos do art. 165 da Lei nº 14.133/2021.

18.2. Qualquer licitante poderá, de forma imediata e motivada, manifestar sua intenção de recorrer durante a sessão pública, sob pena de preclusão.

18.3. Manifestada a intenção de recurso, será concedido o prazo de 03 (três) dias úteis para apresentação das razões recursais, por meio do sistema eletrônico.

18.4. Os demais licitantes ficarão automaticamente intimados para, querendo, apresentar contrarrazões no prazo de 03 (três) dias úteis, contados do término do prazo do recorrente.

18.5. O recurso será dirigido à autoridade superior, por intermédio do Pregoeiro/Agente de Contratação, que poderá:

I – Reconsiderar sua decisão no prazo de 03 (três) dias úteis; ou

II – Encaminhar o recurso devidamente informado à autoridade competente para julgamento definitivo.

18.6. O acolhimento do recurso implicará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

18.7. Os recursos terão efeito suspensivo quando sua análise puder influenciar diretamente o resultado do certame.

18.8. Não serão conhecidos recursos:

18.8.1. Interpostos fora do prazo;

18.8.2. Sem manifestação prévia de intenção;

18.8.3. Apresentados de forma genérica ou sem fundamentação;

18.9. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

19. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

19.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

19.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

19.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

19.4. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

19.5. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

19.6. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

19.7. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

19.8. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá o Termo de Referência anexo deste Edital.

19.9. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

19.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://www.quijingue.ba.gov.br/site/diariooficial> (link: **Diário Oficial**).

19.11. Os casos omissos serão dirimidos pelo Pregoeiro, com observância da legislação em vigor, em especial pela Lei Nº 14.133/2021, e demais legislação aplicável.

19.12. Para quaisquer questões judiciais oriundas do presente Edital, fica eleito o Foro da Cidade de Quijingue/BA, Estado da Bahia, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

19.13. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

19.18.1. ANEXO I – Estudo Técnico Preliminar

19.18.2. ANEXO II – Termo de Referência

19.18.3. ANEXO III – Carta de Apresentação de Proposta

19.18.4. ANEXO IV – Modelo de Proposta Comercial de Preços

19.18.5. ANEXO V - Modelo de Credencial

19.18.6. ANEXO VI – Modelo de Declarações

19.18.7. ANEXO VII - Minuta do Contrato

19.18.8. ANEXO VIII – Ata de Registro de Preço

Quijingue/BA, em 05 de maio de 2026.

José Romero Rocha Matos Filho
Prefeito Municipal de Quijingue



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE
CNPJ Nº 13.698.782/0001-26
Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

Chiara Santana Ferreira
Secretária de Administração, Planejamento e Desenvolvimento Econômico

Delma Conceição Silva Rocha
Secretária Municipal de Educação

Tainne Ferreira de Abreu Barreto Nobre
Secretária Municipal de Saúde

Sélia Alves Soares
Secretária Municipal de Assistência Social e Combate à Pobreza

EDITAL



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE
CNPJ Nº 13.698.782/0001-26
Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE020/2026PMQ
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 063/2026
ANEXO I
ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

01 - INTRODUÇÃO:

Base legal: Art. 6º, XX e Art. 18 da Lei nº 14.133/2021

A presente análise tem por objetivo demonstrar a viabilidade técnica, econômica e administrativa da contratação, bem como prover as informações necessárias à definição da solução mais adequada para atender à necessidade de organização, planejamento e execução de processo seletivo simplificado, destinado ao provimento de vagas temporárias no âmbito do Poder Executivo do Município de Quijingue/BA.

O presente Estudo Técnico Preliminar visa identificar, de forma detalhada, a real necessidade da Administração, considerando a demanda por recomposição temporária da força de trabalho nas áreas de educação, assistência social e saúde, bem como analisar as alternativas disponíveis no mercado para a execução do certame, em conformidade com a legislação vigente, notadamente a Constituição Federal, a Lei nº 14.133/2021, a legislação municipal aplicável e demais normas correlatas.

O objetivo principal consiste em avaliar e selecionar a solução mais eficiente, segura e economicamente vantajosa, capaz de garantir a lisura, a isonomia, a publicidade e a transparência do processo seletivo, observando os princípios que regem a Administração Pública, em especial os da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência e competitividade.

A contratação pretendida deverá abranger, de forma integrada, todas as etapas necessárias à realização do certame, incluindo o planejamento, a elaboração do edital, a organização logística, o recebimento de inscrições, a aplicação e correção de provas (quando cabível), o processamento de resultados, a análise de recursos, a divulgação dos atos do certame e o apoio técnico até a homologação final, assegurando a regularidade e a confiabilidade de todo o processo seletivo.

A Prefeitura Municipal de Quijingue/BA, no exercício de suas competências constitucionais e legais, necessita assegurar a continuidade e a eficiência dos serviços públicos, por meio da contratação temporária de profissionais para atendimento de demandas excepcionais e transitórias, conforme previsto na legislação aplicável.

Verifica-se a existência de necessidade de recomposição temporária do quadro de pessoal, decorrente de afastamentos legais, aumento sazonal da demanda por serviços públicos e insuficiência de servidores efetivos, o que exige a realização de processo seletivo que observe critérios objetivos, transparentes e impessoais.



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

Ressalta-se que a estrutura administrativa interna do Município não dispõe de equipe técnica especializada, sistemas informatizados próprios, logística adequada e expertise necessários para planejar, organizar e executar, com segurança e lisura, todas as etapas de um processo seletivo, o que torna imprescindível a contratação de empresa especializada.

Dessa forma, o presente estudo busca subsidiar a tomada de decisão administrativa, demonstrando a viabilidade da contratação e a adequação da solução proposta, em conformidade com os princípios da eficiência, economicidade e interesse público.

02 - INFORMAÇÕES GERAIS:

Fundamento Legal:

O procedimento licitatório observará as disposições da Lei nº 14.133/2021, bem como da legislação correlata e dos Decretos Municipais nº 249/2022, nº 460/2024 e nº 81/2025, além das demais exigências previstas no edital e seus anexos.

Objeto:

Contratação de empresa especializada na prestação de serviços especializados na organização, planejamento e realização de processo seletivo, destinado ao preenchimento de vagas temporárias dos cargos de níveis fundamental, médio / técnico e superior, do Município de Quijingue.

Equipe de Planejamento:

Samuel de Matos Barreto - Matrícula Nº 211326 – (Representante da Secretaria Municipal de Administração e Desenvolvimento Econômico – Coordenador da Comissão de Planejamento);

Wellyngton Barbosa Portugal - Matrícula Nº 211323 (Representante da Secretaria Municipal de Educação);

Carlene Alves Cavalcante - Matrícula Nº 4165 (Representante da Secretaria Municipal de Saúde);

Ângela da Silva Santos - Matrícula Nº 4167 (Representantes da Secretaria Municipal de Assistência Social);

03 - DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE:

Base legal: Art. 18, §1º, I.

A presente necessidade decorre da demanda da Administração Pública do Município de Quijingue/BA por recomposição temporária de pessoal, visando garantir a continuidade e a adequada prestação dos serviços públicos essenciais nas áreas de educação, assistência social e saúde.

A Administração Municipal enfrenta a necessidade de suprir lacunas no quadro de pessoal, decorrentes de afastamentos legais, vacâncias temporárias, aumento da demanda por serviços públicos e insuficiência de servidores efetivos para atendimento integral das atividades institucionais.



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

Diante desse cenário, faz-se necessária a realização de processo seletivo simplificado, com critérios objetivos e transparentes, destinado à seleção de profissionais para contratação temporária, em conformidade com a legislação vigente e os princípios que regem a Administração Pública.

O levantamento realizado pelas secretarias demandantes identificou a necessidade de provimento de aproximadamente 1.083 (mil e oitenta e três) vagas temporárias, distribuídas entre cargos de níveis fundamental, médio/técnico e superior, abrangendo funções essenciais ao funcionamento da máquina pública municipal.

A realização do processo seletivo exige a execução de diversas etapas técnicas e operacionais, tais como elaboração de edital, gerenciamento de inscrições, aplicação de provas, correção, classificação, análise de recursos e divulgação dos resultados, demandando conhecimento especializado e estrutura adequada.

Ressalta-se que a Administração Municipal não dispõe de estrutura técnica, operacional e tecnológica suficiente para executar diretamente todas as etapas do processo seletivo com o nível de segurança, confiabilidade e eficiência exigido, o que reforça a necessidade de contratação de empresa especializada.

A ausência de realização do processo seletivo poderá comprometer a continuidade dos serviços públicos, ocasionando prejuízos diretos à população, especialmente nos setores mais sensíveis, como educação básica, assistência social e saúde pública.

Dessa forma, a necessidade ora apresentada encontra-se devidamente caracterizada, sendo imprescindível a adoção de solução que assegure a realização de processo seletivo eficiente, transparente e juridicamente seguro.

04 - REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:

Base legal: Art. 18, §1º, II.

A contratação deverá atender a requisitos técnicos, operacionais e legais que assegurem a adequada execução do objeto, considerando a complexidade das atividades envolvidas na organização e realização de processo seletivo simplificado.

Deverá ser comprovada experiência prévia da contratada na organização e execução de processos seletivos ou concursos públicos, mediante apresentação de atestados de capacidade técnica emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, demonstrando aptidão para execução de objeto compatível.

A contratada deverá dispor de equipe técnica especializada, composta por profissionais qualificados para o planejamento, organização, execução e acompanhamento de todas as etapas do processo seletivo, bem como infraestrutura física e tecnológica adequada, incluindo sistemas



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

informatizados para gerenciamento de inscrições, processamento de dados e divulgação de resultados.

Será de responsabilidade integral da contratada a execução de todas as fases do processo seletivo, desde o planejamento até a homologação final, assegurando a regularidade, a confiabilidade e a segurança jurídica do certame.

Deverá ser observada integralmente a Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD (Lei nº 13.709/2018), garantindo a segurança, confidencialidade e integridade das informações dos candidatos, bem como a adoção de mecanismos eficazes de segurança da informação, prevenindo fraudes, vazamentos de dados e acessos indevidos.

Fica vedada a subcontratação das atividades essenciais do objeto, especialmente aquelas relacionadas à elaboração, aplicação e correção de provas, bem como ao processamento de resultados.

A contratada deverá cumprir rigorosamente os prazos estabelecidos no cronograma do processo seletivo, garantindo a execução tempestiva de todas as etapas previstas.

Deverão ser observadas regras de impedimento e conflito de interesses, assegurando a imparcialidade e a lisura do certame, bem como a adoção de procedimentos que garantam a transparência dos atos praticados.

Deverá ser assegurada a disponibilização de canais de atendimento aos candidatos durante todas as fases do processo seletivo, inclusive por meio eletrônico, bem como a possibilidade de interposição de recursos administrativos, com análise técnica fundamentada.

A solução deverá ser compatível com o quantitativo estimado de vagas e com o volume de candidatos, garantindo capacidade operacional para execução simultânea das etapas do certame com padrões adequados de qualidade, segurança e eficiência.

05 - ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES:

Base legal: Art. 18, §1º, III e V.

A estimativa das quantidades relativas à presente contratação foi elaborada com fundamento em critérios técnicos objetivos, em conformidade com o disposto no art. 18, §1º, incisos III e V, da Lei nº 14.133/2021, observadas as orientações do Tribunal de Contas da União – TCU e do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia – TCM/BA, considerando a necessidade administrativa, o planejamento de pessoal, o histórico de provimentos do órgão e a capacidade operacional da Administração.

Considerando que o objeto consiste na organização e execução de processo seletivo simplificado, as quantidades não se expressam em unidades físicas tradicionais, mas no dimensionamento do certame, definido a partir do número de vagas a serem providas, da previsão de cadastro de



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

reserva, das etapas avaliativas e do quantitativo estimado de candidatos, parâmetros indispensáveis à adequada definição do escopo da contratação.

O processo seletivo contemplará a oferta de 1.083 (mil e oitenta e três) vagas temporárias, distribuídas entre cargos de níveis fundamental, médio/técnico e superior, conforme levantamento realizado pelas Secretarias Municipais de Educação, Assistência Social e Saúde.

Para fins de planejamento e dimensionamento da contratação, estima-se o quantitativo de candidatos inscritos em patamar compatível com o número de vagas ofertadas e com a atratividade dos cargos, considerando dados de seleções anteriores, a realidade local e a capacidade logística, operacional e financeira da Administração, de modo a assegurar a adequada execução do certame.

A definição dos quantitativos observa os princípios da razoabilidade, proporcionalidade, eficiência e economicidade, buscando garantir a regularidade, a transparência e a adequada gestão dos recursos públicos, em consonância com os princípios que regem a Administração Pública.

Ressalta-se que os quantitativos apresentados possuem caráter estimativo, podendo sofrer variações em decorrência de ajustes administrativos supervenientes, sem prejuízo da adequada execução do objeto.

06 - LEVANTAMENTO DE MERCADO

Base legal: Art. 18, §1º, IV.

O levantamento de mercado foi realizado com o objetivo de identificar as soluções disponíveis para atendimento da necessidade administrativa, bem como analisar práticas adotadas por outros entes públicos na contratação de serviços especializados para organização e execução de processos seletivos.

Foram analisadas contratações similares realizadas por órgãos e entidades da Administração Pública, verificando-se que a solução amplamente adotada consiste na contratação de empresa especializada para execução integral do certame, abrangendo atividades como planejamento, elaboração de edital, gestão de inscrições, aplicação de provas, correção, processamento de resultados e apoio à homologação.

Nesse contexto, destaca-se como referência a contratação realizada pelo Município de Guarantã do Norte/MT, por meio de pregão eletrônico para registro de preços, cujo objeto contempla a prestação de serviços técnicos especializados para realização de processo seletivo, incluindo todas as etapas operacionais necessárias à execução do certame.

Verificou-se, ainda, que o modelo de execução indireta, mediante contratação de empresa especializada, apresenta-se como padrão consolidado no mercado, em razão da necessidade de conhecimento



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

técnico específico, infraestrutura adequada, sistemas informatizados e experiência comprovada na condução de certames públicos.

Foram consideradas, alternativamente, a execução direta pela Administração e a cooperação com outros entes públicos. Contudo, tais alternativas mostraram-se menos vantajosas, em razão da ausência de estrutura técnica e operacional interna suficiente, bem como das limitações quanto à padronização, segurança e eficiência na execução do processo seletivo.

Dessa forma, conclui-se que a solução mais adequada e compatível com a realidade do mercado consiste na contratação de empresa especializada para execução integral do processo seletivo, garantindo maior eficiência, segurança jurídica, padronização dos procedimentos e mitigação de riscos operacionais.

07 - ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO:

Base legal: Art. 18, §1º, V e Art. 23.

A estimativa do valor da contratação foi elaborada com base em pesquisa de preços realizada a partir de contratações similares efetuadas por outros entes da Administração Pública, em conformidade com o disposto no art. 23 da Lei nº 14.133/2021, adotando-se como parâmetro valores praticados no mercado para objeto compatível.

Para a formação do valor estimado, foram analisados dados provenientes de procedimento licitatório realizado pelo Município de Guarantã do Norte/MT, por meio de Pregão Eletrônico nº 64/2025, cujo objeto consiste na contratação de empresa especializada para organização e execução de processo seletivo, abrangendo todas as etapas do certame.

A utilização de contratações similares como parâmetro atende ao disposto no art. 23, §1º, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, permitindo a obtenção de valores compatíveis com o mercado e assegurando maior confiabilidade na estimativa de custos.

Ressalta-se que o valor estimado poderá ser ajustado na fase de elaboração do Termo de Referência, mediante ampliação da pesquisa de preços com a utilização de outras fontes, tais como consultas a fornecedores, sistemas oficiais de preços, banco de dados públicos e contratos similares, conforme metodologia definida na regulamentação aplicável.

A estimativa apresentada tem por finalidade subsidiar a análise de viabilidade da contratação e a escolha da solução mais vantajosa para a Administração, não se confundindo com o valor máximo a ser contratado, o qual será devidamente consolidado no Termo de Referência.

Dessa forma, conclui-se que a contratação pretendida apresenta viabilidade econômica, estando o valor estimado compatível com os preços praticados no mercado para serviços de natureza similar.

08 - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

Base legal: Art. 18, §1º, VI da Lei nº 14.133/2021.

A solução adotada para atendimento da necessidade institucional identificada consiste na contratação de empresa especializada na organização, planejamento e realização de processo seletivo simplificado, destinado ao provimento de vagas temporárias e à formação de cadastro de reserva no âmbito do Município de Quijingue/BA.

Trata-se de solução estruturada para viabilizar, de forma integrada, eficiente e segura, a condução de todas as etapas necessárias ao regular desenvolvimento do certame, desde a fase preparatória até a consolidação dos resultados finais, assegurando conformidade com a legislação vigente e com os princípios que regem a Administração Pública.

A solução contempla a execução coordenada de atividades técnicas, administrativas e operacionais indispensáveis à realização do processo seletivo, abrangendo o planejamento do certame, a elaboração do edital, a gestão das inscrições, a organização logística, a aplicação e correção de avaliações (quando cabível), o processamento de resultados, a análise de recursos e o suporte à homologação final.

Considerando a diversidade de cargos a serem contemplados, distribuídos entre os níveis fundamental, médio/técnico e superior, a solução foi concebida de modo a assegurar tratamento isonômico aos candidatos, padronização de procedimentos, objetividade nos critérios de avaliação e adequada segregação de responsabilidades.

A contratação de empresa especializada permite conferir maior previsibilidade, confiabilidade e uniformidade às etapas do certame, reduzindo riscos jurídicos, operacionais e administrativos, além de assegurar maior eficiência na condução do processo seletivo.

A solução também se orienta pela necessidade de compatibilização entre a execução do processo seletivo e a estrutura administrativa da Prefeitura Municipal, permitindo que o certame seja conduzido sem prejuízo às atividades administrativas ordinárias, cabendo à Administração a supervisão, o acompanhamento e a fiscalização da execução contratual.

Outro aspecto relevante da solução refere-se à adequada gestão dos recursos envolvidos, assegurando transparência, controle e rastreabilidade das informações e atos praticados ao longo do certame, em consonância com os princípios da economicidade e da responsabilidade administrativa.

Por fim, a solução contempla o encerramento completo do ciclo do objeto, incluindo a consolidação dos resultados, a entrega de relatórios e documentos finais, bem como o registro formal das informações produzidas, garantindo a validade jurídica do processo seletivo e a formação de histórico administrativo apto a subsidiar futuras contratações temporárias.

09 - PARCELAMENTO DO OBJETO:



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

Base legal: Art. 18, §1º, VIII e Art. 40, V, “b”.

O objeto da presente contratação não comporta parcelamento, tendo em vista sua natureza técnica e operacional integrada, que exige a execução coordenada e contínua de todas as etapas do processo seletivo.

A realização do certame envolve atividades interdependentes, tais como planejamento, elaboração de edital, gestão de inscrições, aplicação de avaliações, processamento de resultados e análise de recursos, as quais demandam uniformidade metodológica, padronização de procedimentos e centralização da responsabilidade técnica.

A eventual divisão do objeto em múltiplos contratos poderia comprometer a qualidade e a segurança da execução, gerar incompatibilidades entre etapas distintas do processo seletivo e dificultar o controle, a fiscalização e a responsabilização da execução contratual.

Além disso, o parcelamento acarretaria aumento dos custos administrativos, com a necessidade de gerenciamento simultâneo de diversos contratos, bem como risco de descontinuidade na execução das etapas do certame, o que poderia prejudicar a lisura, a eficiência e a confiabilidade do processo seletivo.

Ressalta-se que a contratação em lote único ou de forma global mostra-se mais vantajosa sob os aspectos técnico e econômico, possibilitando ganho de escala, maior eficiência operacional e melhor gerenciamento da execução contratual.

A decisão pela não adoção do parcelamento encontra respaldo na jurisprudência do Tribunal de Contas da União, notadamente na Súmula nº 247, que admite a não divisão do objeto quando demonstrada a inviabilidade técnica ou econômica do parcelamento.

Dessa forma, conclui-se que a contratação deverá ser realizada de forma global, garantindo maior eficiência, economicidade e segurança na execução do objeto.

10 - CONTRATAÇÕES CORRELATAS:

Base legal: Art. 18, §1º, X.

Não foram identificadas contratações correlatas ou interdependentes relacionadas ao objeto da presente contratação.

Ressalta-se que o serviço de organização, planejamento e execução de processo seletivo simplificado possui natureza autônoma, não dependendo de outras contratações para sua viabilização, tampouco se encontra vinculado a contratos em execução que possam interferir em sua realização.

Dessa forma, conclui-se pela inexistência de contratações correlatas que impactem ou condicionem a execução do objeto pretendido.

11 - PREVISÃO NO PLANEJAMENTO:

Base legal: Art. 18 e Art. 12, VII.



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

A presente contratação encontra-se alinhada ao planejamento administrativo do Município de Quijingue/BA, considerando a necessidade de atendimento das demandas das Secretarias Municipais de Educação, Assistência Social e Saúde, especialmente no que se refere à realização de processo seletivo simplificado para contratação temporária de pessoal.

Ressalta-se que o Plano de Contratações Anual (PCA), previsto no art. 12, inciso VII, da Lei nº 14.133/2021, encontra-se em fase de implementação no âmbito desta Administração, razão pela qual a presente demanda não consta formalmente registrada no referido instrumento.

Todavia, a contratação mostra-se compatível com os objetivos institucionais e com as diretrizes orçamentárias vigentes, estando inserida no contexto das ações administrativas necessárias à manutenção e continuidade dos serviços públicos essenciais.

A despesa decorrente da contratação encontra respaldo na Lei Orçamentária Anual, bem como nos instrumentos de planejamento financeiro do Município, garantindo a sua viabilidade e regular execução.

Dessa forma, conclui-se que a contratação está em consonância com o planejamento administrativo e orçamentário do Município, atendendo aos princípios da eficiência, economicidade e interesse público.

12 - JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DO TIPO DE SOLUÇÃO A CONTRATAR:

Base legal: art. 18, § 1º, incisos IV, VI e VII; Art. 28 e art. 5º CF.

A escolha da solução consistente na contratação de empresa especializada para organização, planejamento e execução de processo seletivo simplificado fundamenta-se na análise das alternativas disponíveis no mercado, bem como na avaliação da capacidade operacional da Administração Pública Municipal.

Conforme verificado no levantamento de mercado, a execução indireta do objeto, por meio de empresa especializada, constitui prática amplamente adotada por órgãos e entidades da Administração Pública, em razão da necessidade de conhecimento técnico específico, estrutura tecnológica adequada, experiência comprovada e capacidade de execução integrada de todas as etapas do certame.

A alternativa de execução direta pela Administração mostrou-se inviável, considerando a ausência de equipe técnica especializada, sistemas informatizados próprios, infraestrutura logística adequada e expertise necessária para condução segura e eficiente do processo seletivo, o que poderia comprometer a lisura, a transparência e a credibilidade do certame.

Da mesma forma, a possibilidade de cooperação com outros entes públicos não se revelou adequada, diante das limitações operacionais, da ausência de padronização dos procedimentos e da dificuldade de adaptação às especificidades do Município de Quijingue/BA.



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

A solução adotada permite a execução integral e coordenada de todas as etapas do processo seletivo, assegurando padronização, segurança jurídica, rastreabilidade dos atos, controle dos procedimentos e mitigação de riscos operacionais e administrativos.

Ademais, a contratação de empresa especializada contribui para a observância dos princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, previstos no art. 5º da Constituição Federal, garantindo igualdade de condições aos candidatos e transparência na condução do certame.

Sob o aspecto econômico, a solução mostra-se vantajosa, uma vez que permite a otimização de recursos públicos, a redução de custos indiretos relacionados à execução direta e a obtenção de melhores resultados em termos de qualidade e confiabilidade.

Dessa forma, conclui-se que a contratação de empresa especializada configura a solução mais adequada, eficiente e vantajosa para atendimento da necessidade administrativa, estando plenamente justificada sob os aspectos técnico, operacional, jurídico e econômico.

13 - RESULTADOS PRETENDIDOS:

Base legal: Art. 18, §1º, VII.

A adoção da solução proposta proporcionará ganhos efetivos em termos de economicidade, ao possibilitar a realização de processo seletivo simplificado de forma centralizada, planejada e tecnicamente estruturada, reduzindo riscos de retrabalho, anulações, judicialização e despesas decorrentes de falhas procedimentais.

A contratação de empresa especializada permitirá à Prefeitura Municipal de Quijingue/BA concentrar seus recursos humanos nas atividades finalísticas e administrativas, evitando a sobrecarga dos servidores e assegurando melhor aproveitamento da força de trabalho disponível, em conformidade com os princípios da eficiência e da adequada segregação de funções.

A execução do processo seletivo por meio de entidade com expertise comprovada assegurará maior celeridade, padronização e controle das etapas do certame, com reflexos diretos na transparência, na segurança jurídica e na confiabilidade dos resultados obtidos.

O adequado provimento de vagas temporárias contribuirá para a continuidade e regularidade dos serviços públicos, reduzindo impactos decorrentes da insuficiência de pessoal e garantindo atendimento eficiente às demandas da população.

Dessa forma, a contratação promove não apenas economia direta de recursos públicos, mas também ganhos institucionais de médio e longo prazo, alinhando-se aos princípios da economicidade, eficiência, interesse público e sustentabilidade administrativa, conforme previsto na legislação vigente.



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

14 - PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS:

Base legal: Art. 18, §1º, IX.

Previamente à formalização da contratação, a Administração deverá adotar medidas administrativas necessárias à adequada gestão e fiscalização do contrato, garantindo a correta execução do objeto.

Dentre as providências a serem adotadas, destacam-se a designação formal de fiscais e gestores de contrato, com a devida publicação dos atos administrativos correspondentes, bem como a definição clara das atribuições dos responsáveis pela fiscalização e gestão, conforme previsto na minuta contratual.

Deverá ser assegurada a orientação técnica dos servidores designados, por meio de capacitação interna ou treinamentos específicos, quando necessário, abordando aspectos legais, operacionais e práticos relacionados à fiscalização contratual.

A Administração deverá promover a elaboração de instrumentos de controle, tais como plano de fiscalização e formulários de acompanhamento, a serem utilizados pelos agentes designados, visando garantir o monitoramento contínuo da execução do contrato.

Também deverão ser previstas cláusulas contratuais que assegurem o acesso da fiscalização a documentos, relatórios, registros operacionais e demais informações relacionadas à execução do processo seletivo, garantindo transparência e rastreabilidade dos atos praticados.

Ressalta-se que a Administração dispõe de servidores capacitados para o exercício das funções de fiscalização e gestão contratual, aptos a acompanhar e avaliar a execução do objeto, assegurando o cumprimento das obrigações pactuadas, bem como a eficiência, a eficácia e a correta aplicação dos recursos públicos.

As providências adotadas visam assegurar que a execução contratual ocorra em conformidade com os princípios da legalidade, eficiência, controle, transparência e interesse público, reduzindo riscos de falhas e garantindo a adequada prestação do serviço contratado.

15 - IMPACTOS AMBIENTAIS:

Base legal: Art. 18, §1º, XII.

A execução do objeto apresenta baixo impacto ambiental, por se tratar de serviço de natureza predominantemente administrativa e intelectual. Ainda assim, deverão ser observadas boas práticas de sustentabilidade ambiental durante todas as etapas do processo seletivo.

A contratada deverá adotar medidas que priorizem a redução do consumo de papel, incentivando a utilização de meios digitais para inscrição, comunicação com os candidatos, divulgação de resultados e demais atos do certame, sempre que tecnicamente viável.

Nos casos em que houver necessidade de impressão de documentos, a contratada deverá adotar práticas que minimizem o



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

desperdício de recursos, como utilização de impressão frente e verso, controle de tiragens e uso racional de materiais.

Deverão ser observadas, no que couber, as normas ambientais vigentes e as diretrizes de sustentabilidade aplicáveis à Administração Pública, incluindo a correta destinação de eventuais resíduos gerados durante a execução do serviço.

A adoção dessas medidas contribui para a redução de impactos ambientais, o uso eficiente de recursos naturais e o alinhamento da contratação com os princípios da sustentabilidade e da responsabilidade socioambiental.

16 - MAPA DE ANÁLISE DE RISCOS:

Base legal: Art. 18, §1º, X.

A análise de riscos tem por finalidade identificar, avaliar e propor medidas de mitigação para eventos que possam comprometer o planejamento, a execução e os resultados da contratação, assegurando maior previsibilidade, controle e segurança jurídica ao processo.

Considerando a natureza do objeto, foram identificados os seguintes riscos relevantes:

Risco de falhas na elaboração do edital ou inconsistências nas regras do processo seletivo, podendo gerar impugnações, recursos administrativos ou judicialização do certame.

Medidas de mitigação: revisão técnica do edital pela Administração, validação jurídica prévia e acompanhamento contínuo da execução.

Risco de baixa participação de candidatos, comprometendo a competitividade e a efetividade do processo seletivo.

Medidas de mitigação: ampla divulgação do certame, utilização de meios eletrônicos e definição adequada de requisitos e critérios de participação.

Risco de falhas operacionais na execução do processo seletivo, incluindo problemas logísticos, erros na aplicação ou correção de provas e inconsistências no processamento de resultados.

Medidas de mitigação: exigência de experiência comprovada da contratada, adoção de sistemas informatizados confiáveis e acompanhamento rigoroso pela fiscalização contratual.

Risco de vazamento de informações sigilosas ou fraudes no certame.

Medidas de mitigação: implementação de mecanismos de segurança da informação, controle de acesso a dados sensíveis, sigilo das provas e responsabilização contratual da empresa.

Risco de descumprimento de prazos pela contratada, impactando o cronograma do processo seletivo.



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

Medidas de mitigação: definição clara de prazos contratuais, aplicação de penalidades em caso de atraso e monitoramento contínuo da execução.

Risco de questionamentos administrativos ou judiciais relacionados à condução do certame.

Medidas de mitigação: observância rigorosa da legislação aplicável, transparência na divulgação dos atos e garantia de ampla possibilidade de recurso pelos candidatos.

Risco de falhas na gestão contratual e fiscalização do objeto.

Medidas de mitigação: designação formal de gestor e fiscal do contrato, utilização de instrumentos de controle e acompanhamento sistemático da execução.

Risco de inconsistência entre o planejamento e a execução do objeto.

Medidas de mitigação: alinhamento prévio entre as áreas demandantes, validação das informações constantes no Termo de Referência e acompanhamento integrado da execução contratual.

Dessa forma, a identificação e o tratamento dos riscos apresentados contribuem para a adequada execução do objeto, reduzindo a probabilidade de ocorrência de falhas e assegurando maior eficiência, controle e segurança jurídica à contratação.

17 - POSICIONAMENTO CONCLUSIVO QUANTO A VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO:

Base legal: Art. 18, §1º, XIII.

Diante das análises realizadas ao longo do presente Estudo Técnico Preliminar, conclui-se pela viabilidade técnica, econômica e administrativa da contratação de empresa especializada para organização, planejamento e execução de processo seletivo simplificado, destinado ao provimento de vagas temporárias no âmbito do Município de Quijingue/BA.

A solução proposta mostra-se adequada para atendimento da necessidade identificada, considerando a inexistência de estrutura técnica e operacional suficiente no âmbito da Administração para execução direta do objeto, bem como a necessidade de garantir segurança jurídica, transparência, padronização e eficiência na condução do certame.

Sob o aspecto técnico, a contratação de empresa especializada assegura a execução integrada de todas as etapas do processo seletivo, com utilização de metodologias consolidadas, sistemas informatizados e equipe qualificada, reduzindo riscos operacionais e administrativos.

No que se refere à viabilidade econômica, verifica-se que os valores estimados encontram-se compatíveis com os praticados no mercado, conforme levantamento realizado, evidenciando a razoabilidade dos custos envolvidos e a adequação da solução sob o ponto de vista da economicidade.



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

Quanto à forma de remuneração, poderá ser adotado modelo em que os custos da execução sejam suportados, total ou parcialmente, pelas taxas de inscrição pagas pelos candidatos, desde que observadas as diretrizes legais, os princípios da transparência e do controle dos recursos arrecadados, bem como as orientações dos órgãos de controle externo.

Nesse contexto, caberá à Administração, na fase de elaboração do Termo de Referência e do edital, definir de forma clara e objetiva as condições de remuneração da contratada, incluindo eventual fixação de valores máximos de inscrição, critérios de arrecadação, mecanismos de controle e destinação de eventuais excedentes, assegurando a adequada gestão dos recursos.

Ressalta-se que a definição da modalidade de licitação deverá observar a natureza do objeto e a forma de remuneração adotada, podendo ser utilizado o pregão eletrônico, nos casos em que o serviço for caracterizado como comum, ou outra modalidade legalmente prevista, conforme justificativa a ser apresentada na fase preparatória do certame.

Dessa forma, conclui-se que a contratação pretendida é plenamente viável, recomendando-se o regular prosseguimento do processo, com a adoção das providências necessárias à formalização da contratação, em conformidade com a legislação vigente e os princípios que regem a Administração Pública.

Quijingue/BA, em 05 de maio de 2026.

Chiara Santana Ferreira

Secretária de Administração, Planejamento e Desenvolvimento Econômico

Delma Conceição Silva Rocha
Secretária Municipal de Educação

Tainne Ferreira de Abreu Barreto Nobre
Secretária Municipal de Saúde

Sélia Alves Soares
Secretária Municipal de Assistência Social e Combate à Pobreza



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE
CNPJ Nº 13.698.782/0001-26
Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE020/2026PMQ
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 063/2026
ANEXO II
TERMO DE REFERÊNCIA

01 - OBJETO DA CONTRATAÇÃO:

Base legal: Art. 6º, XXIII e Art. 18 da Lei nº 14.133/2021.

1.1. Constitui objeto da presente a contratação de empresa especializada na prestação de serviços técnicos de organização, planejamento e execução de processo seletivo simplificado, destinado ao provimento de vagas temporárias e à formação de cadastro de reserva para cargos de níveis fundamental, médio/técnico e superior, no âmbito do Município de Quijingue/BA.

LOTE	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT	VALOR ORÇADO
1	MERENDEIRA - TEMPORÁRIO	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	320	R\$ 45,00
1	MOTORISTA ESCOLAR - TEMPORÁRIO	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	60	R\$ 45,00
1	PORTEIRO - TEMPORÁRIO	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	100	R\$ 45,00
1	AUXILIAR DE VIGILÂNCIA ESCOLAR - TEMPORÁRIO	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	60	R\$ 45,00
1	MONITOR DE TRANSPORTE ESCOLAR - TEMPORÁRIO	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	32	R\$ 45,00
1	ZELADORA - TEMPORÁRIO	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	300	R\$ 45,00
1	CUIDADOR - TEMPORÁRIO	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	140	R\$ 60,00
1	AUXILIAR DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS EDUCACIONAIS - TEMPORÁRIO	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	120	R\$ 60,00
1	AUXILIAR DE ENSINO - TEMPORÁRIO	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	170	R\$ 60,00
1	MONITOR ESCOLAR - TEMPORÁRIO	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	160	R\$ 60,00
1	PROFESSOR - TEMPORÁRIO	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	260	R\$ 60,00
1	COORDENADOR PEDAGÓGICO - TEMPORÁRIO	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	40	R\$ 120,00
1	PSICÓLOGO - TEMPORÁRIO	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	20	R\$ 120,00
1	ASSISTENTE SOCIAL - TEMPORÁRIO	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	10	R\$ 120,00



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

1	PSICOPEDAGOGO TEMPORÁRIO	-	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	20	R\$ 120,00
1	FONAUDIÓLOGO TEMPORÁRIO	-	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	8	R\$ 120,00
1	TERAPEUTA OCUPACIONAL - TEMPORÁRIO	-	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	3	R\$ 120,00
1	NUTRICIONISTA TEMPORÁRIO	-	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	10	R\$ 120,00
1	PSICOMOTRICISTA TEMPORÁRIO	-	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	5	R\$ 120,00
2	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS		SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CREAS)	8	R\$ 45,00
2	VISITADOR		SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CREAS)	20	R\$ 60,00
2	TÉCNICO DE NÍVEL MÉDIO		SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CREAS)	9	R\$ 80,00
2	RECEPCIONISTA		SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CREAS)	3	R\$ 60,00
2	OFICINEIRO		SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CREAS)	12	R\$ 60,00
2	PSICÓLOGO		SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CREAS)	2	R\$ 120,00
2	ASSISTENTE SOCIAL		SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CREAS)	10	R\$ 120,00
3	SERVIÇOS GERAIS		SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - (CRAS)	10	R\$ 60,00
3	PROFISSIONAL PARA ABORDAGEM		SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - (CRAS)	9	R\$ 60,00
3	AUXILIAR ADMINISTRATIVO		SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - (CRAS)	3	R\$ 60,00
3	DIGITADOR		SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - (CRAS)	21	R\$ 60,00
3	COORDENADOR		SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - (CRAS)	9	R\$ 120,00
3	PSICÓLOGO		SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - (CRAS)	3	R\$ 120,00
3	ASSISTENTE SOCIAL		SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - (CRAS)	9	R\$ 120,00
3	ADVOGADO		SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - (CRAS)	6	R\$ 120,00
4	AUXILIAR DE DENTISTA		SECRETARIA DE SAÚDE	22	R\$ 60,00
4	TÉCNICO EM ENFERMAGEM		SECRETARIA DE SAÚDE	120	R\$ 80,00
4	TERAPEUTA OCUPACIONAL		SECRETARIA DE SAÚDE	6	R\$ 120,00
4	DENTISTA		SECRETARIA DE SAÚDE	33	R\$ 120,00
4	ENFERMEIRO		SECRETARIA DE SAÚDE	36	R\$ 120,00
4	NUTRICIONISTA		SECRETARIA DE SAÚDE	15	R\$ 120,00
4	FISIOTERAPEUTA		SECRETARIA DE SAÚDE	24	R\$ 120,00
4	EDUCADOR FÍSICO		SECRETARIA DE SAÚDE	12	R\$ 120,00



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE
CNPJ Nº 13.698.782/0001-26
Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

4	PSICÓLOGO (SAÚDE)	SECRETARIA DE SAÚDE	15	R\$ 120,00
4	FARMACÊUTICO	SECRETARIA DE SAÚDE	12	R\$ 120,00
4	BIOMÉDICO	SECRETARIA DE SAÚDE	6	R\$ 120,00
4	ASSISTENTE SOCIAL (SAÚDE)	SECRETARIA DE SAÚDE	9	R\$ 120,00
4	FONOAUDIÓLOGO	SECRETARIA DE SAÚDE	9	R\$ 120,00

LOTE 01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

VAGAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO						
FUNÇÕES TEMPORÁRIAS	REQUISITOS MÍNIMOS	CARGA HORÁRIA SEMANAL	VAGAS	ESTIMATIVA DOS INSCRITOS	VALOR DA INSCRIÇÃO	ESTIMATIVA DA ARRECADAÇÃO
MERENDEIRA - TEMPORÁRIO	ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO	40 HORAS	150	320	R\$ 45,00	R\$ 14.400,00
MOTORISTA ESCOLAR - TEMPORÁRIO	ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO E CNH	40 HORAS	20	60	R\$ 45,00	R\$ 2.700,00
PORTEIRO - TEMPORÁRIO	ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO	40 HORAS	49	100	R\$ 45,00	R\$ 4.500,00
AUXILIAR DE VIGILÂNCIA ESCOLAR - TEMPORÁRIO	ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO	40 HORAS	20	60	R\$ 45,00	R\$ 2.700,00
MONITOR DE TRANSPORTE ESCOLAR - TEMPORÁRIO	ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO	40 HORAS	15	32	R\$ 45,00	R\$ 1.440,00
ZELADORA - TEMPORÁRIO	ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO	40 HORAS	150	300	R\$ 45,00	R\$ 13.500,00
CUIDADOR - TEMPORÁRIO	ENSINO MÉDIO COMPLETO	40 HORAS	84	140	R\$ 60,00	R\$ 8.400,00
AUXILIAR DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS EDUCACIONAL - TEMPORÁRIO	ENSINO MÉDIO COMPLETO	40 HORAS	60	120	R\$ 60,00	R\$ 7.200,00
AUXILIAR DE ENSINO - TEMPORÁRIO	ENSINO MÉDIO COMPLETO	40 HORAS	85	170	R\$ 60,00	R\$ 10.200,00
MONITOR ESCOLAR - TEMPORÁRIO	ENSINO MÉDIO COMPLETO	40 HORAS	95	160	R\$ 60,00	R\$ 9.600,00
PROFESSOR - TEMPORÁRIO	MAGISTÉRIO / NÍVEL SUPERIOR OU ESTAR	20 HORAS	170	260	R\$ 60,00	R\$ 15.600,00



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

	CURSANDO PEDAGOGIA OU LICENCIATURA					
COORDENADOR PEDAGÓGICO - TEMPORÁRIO	NÍVEL SUPERIOR EM PEDAGOGIA OU PÓS-GRADUAÇÃO EM ÁREA CORRELATA	40 HORAS	12	40	R\$ 120,00	R\$ 4.800,00
PSICÓLOGO - TEMPORÁRIO	GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA	30 HORAS	4	20	R\$ 120,00	R\$ 2.400,00
ASSISTENTE SOCIAL - TEMPORÁRIO	BACHARELADO EM SERVIÇO SOCIAL	30 HORAS	2	10	R\$ 120,00	R\$ 1.200,00
PSICOPEDAGOGO - TEMPORÁRIO	PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOPEDAGOGIA	40 HORAS	8	20	R\$ 120,00	R\$ 2.400,00
FONAUDIÓLOGO - TEMPORÁRIO	BACHARELADO EM FONAUDIOLOGIA	30 HORAS	2	8	R\$ 120,00	R\$ 960,00
TERAPEUTA OCUPACIONAL - TEMPORÁRIO	BACHARELADO EM TERAPIA OCUPACIONAL	30 HORAS	1	3	R\$ 120,00	R\$ 360,00
NUTRICIONISTA - TEMPORÁRIO	BACHARELADO EM NUTRIÇÃO	30 HORAS	3	10	R\$ 120,00	R\$ 1.200,00
PSICOMOTRICISTA - TEMPORÁRIO	BACHARELADO EM PSICOMOTRICIDADE	40 HORAS	2	5	R\$ 120,00	R\$ 600,00
TOTAL DE VAGAS			932	1838	R\$ 104.160,00	

LOTE 02 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - (CREAS)

FUNÇÕES, VAGAS E REMUNERAÇÃO – SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - (CREAS)				ESTIMATIVA DOS INSCRITOS	VALOR DA INSCRIÇÃO	ESTIMATIVA DA ARRECADAÇÃO
FUNÇÃO TEMPORÁRIA	REQUISITOS MÍNIMOS	CARGA HORÁRIA	VAGAS			
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	ENSINO FUNDAMENTAL	40H	2	8	R\$ 45,00	R\$ 360,00
VISITADOR	ENSINO MÉDIO COMPLETO	40H	10	20	R\$ 60,00	R\$ 1.200,00
TÉCNICO DE NÍVEL MÉDIO	ENSINO MÉDIO COMPLETO	40H	3	9	R\$ 80,00	R\$ 720,00
RECEPCIONISTA	ENSINO MÉDIO COMPLETO	40H	1	3	R\$ 60,00	R\$ 180,00
OFICINEIRO	ENSINO MÉDIO	40H	4	12	R\$ 60,00	R\$ 720,00



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE
CNPJ Nº 13.698.782/0001-26
Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

	COMPLETO					
PSICÓLOGO	SUPERIOR EM PSICOLOGIA + REGISTRO	30H	1	2	R\$ 120,00	R\$ 240,00
ASSISTENTE SOCIAL	SUPERIOR EM SERVIÇO SOCIAL + REGISTRO	30H	2	10	R\$ 120,00	R\$ 1.200,00
TOTAL DE VAGAS			24	64	R\$ 4.620,00	

LOTE 03 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - (CRAS)

FUNÇÕES, VAGAS E REMUNERAÇÃO – SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - (CRAS)				ESTIMATIV A DOS INSCRITOS	VALOR DA INSCRIÇÃ O	ESTIMATIVA DA ARRECADAÇÃ O
FUNÇÃO TEMPORÁRIA	REQUISITOS MÍNIMOS	CARGA HORÁRI A	VAGA S			
SERVIÇOS GERAIS	ENSINO FUNDAMENTA L	40H	2	10	R\$ 60,00	R\$ 600,00
PROFISSIONAL PARA ABORDAGEM	ENSINO MÉDIO COMPLETO	40H	3	9	R\$ 60,00	R\$ 540,00
AUXILIAR ADMINISTRATIV O	ENSINO MÉDIO COMPLETO	40H	1	3	R\$ 60,00	R\$ 180,00
DIGITADOR	ENSINO MÉDIO COMPLETO	40H	7	21	R\$ 60,00	R\$ 1.260,00
COORDENADO R	SUPERIOR EM ÁREAS HUMANAS	40H	3	9	R\$ 120,00	R\$ 1.080,00
PSICÓLOGO	SUPERIOR EM PSICOLOGIA + REGISTRO	30H	1	3	R\$ 120,00	R\$ 360,00
ASSISTENTE SOCIAL	SUPERIOR EM SERVIÇO SOCIAL + REGISTRO	30H	3	9	R\$ 120,00	R\$ 1.080,00
ADVOGADO	SUPERIOR EM DIREITO + REGISTRO OAB	20H	2	6	R\$ 120,00	R\$ 720,00
TOTAL DE VAGAS			22	70	R\$ 5.820,00	

LOTE 04 - SECRETARIA DE SAÚDE

FUNÇÕES, VAGAS E REMUNERAÇÃO – SECRETARIA DE SAÚDE				ESTIMATIV A DOS INSCRITOS	VALOR DA INSCRIÇÃ O	ESTIMATIVA DA ARRECADAÇÃ O
FUNÇÃO TEMPORÁRIA	REQUISITOS MÍNIMOS	CARGA HORÁRI	VAGA S			



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE
CNPJ Nº 13.698.782/0001-26
Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

		A				
AUXILIAR DE DENTISTA	ENSINO MÉDIO + CURSO DE ASB + REGISTRO	40H	11	22	R\$ 60,00	R\$ 1.320,00
TÉCNICO EM ENFERMAGEM	TÉCNICO EM ENFERMAGEM + REGISTRO	40H	40	120	R\$ 80,00	R\$ 9.600,00
TERAPEUTA OCUPACIONAL	SUPERIOR EM TERAPIA OCUPACIONAL + REGISTRO	30H	2	6	R\$ 120,00	R\$ 720,00
DENTISTA	SUPERIOR EM ODONTOLOGIA + REGISTRO	40H	11	33	R\$ 120,00	R\$ 3.960,00
ENFERMEIRO	SUPERIOR EM ENFERMAGEM + REGISTRO	40H	12	36	R\$ 120,00	R\$ 4.320,00
NUTRICIONISTA	SUPERIOR EM NUTRIÇÃO + REGISTRO	30H	5	15	R\$ 120,00	R\$ 1.800,00
FISIOTERAPEUTA	SUPERIOR EM FISIOTERAPIA + REGISTRO	30H	8	24	R\$ 120,00	R\$ 2.880,00
EDUCADOR FÍSICO	SUPERIOR EM ED. FÍSICA + REGISTRO	30H	2	12	R\$ 120,00	R\$ 1.440,00
PSICÓLOGO (SAÚDE)	SUPERIOR EM PSICOLOGIA + REGISTRO	30H	5	15	R\$ 120,00	R\$ 1.800,00
FARMACÊUTICO	SUPERIOR EM FARMÁCIA + REGISTRO	30H	2	12	R\$ 120,00	R\$ 1.440,00
BIOMÉDICO	SUPERIOR EM BIOMEDICINA + REGISTRO	30H	1	6	R\$ 120,00	R\$ 720,00
ASSISTENTE SOCIAL (SAÚDE)	SUPERIOR EM SERVIÇO SOCIAL + REGISTRO	30H	3	9	R\$ 120,00	R\$ 1.080,00
FONOAUDIÓLOGO	SUPERIOR EM FONOAUDIOLOGIA + REGISTRO	30H	3	9	R\$ 120,00	R\$ 1.080,00
TOTAL DE VAGAS			105	319	R\$ 32.160,00	

TOTAL GERAL DE VAGAS	1083	2291	VALOR ESTIMADO R\$ 146.760,00
-----------------------------	-------------	-------------	--------------------------------------

1.2. A contratação compreende a execução integral de todas as etapas do processo seletivo, incluindo, mas não se limitando a elaboração e publicação de edital, gerenciamento de inscrições, disponibilização de sistema informatizado, organização logística, aplicação e correção de



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

avaliações (quando cabível), processamento de resultados, análise de recursos e apoio técnico até a homologação final do certame.

1.3. Os serviços deverão ser executados em conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência, bem como com as normas legais e regulamentares aplicáveis, assegurando a lisura, a transparência, a isonomia e a eficiência na condução do processo seletivo.

1.4. Os serviços descritos no subitem acima devem ser executados conforme as informações contidas neste Termo de Referência, para provimento de 1083 (mil e oitenta e três) vagas do quadro temporário desta Prefeitura, distribuídas em cargos diversos, conforme quadro de cargos efetivos, a serem preenchidos por Processo Seletivo das vagas existentes na estrutura desta Prefeitura.

1.5. Integram o objeto da contratação as funções temporárias, com seus respectivos requisitos e atribuições, conforme detalhamento a seguir:

1.5.1. SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

1.5.1.1. AUXILIAR DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS EDUCACIONAIS

Requisito: Ensino Médio Completo.

Atribuições: Executar tarefas de apoio administrativo nas unidades escolares e na Secretaria de Educação, como a organização de arquivos, o recebimento e a distribuição de correspondências e documentos, o atendimento ao público e o auxílio na digitação e reprodução de materiais.

1.5.1.2. AUXILIAR DE ENSINO

Requisito: Ensino Médio Completo.

Atribuições: Prestar suporte direto aos docentes em sala de aula e em atividades extracurriculares, auxiliando no acompanhamento dos alunos, na preparação de materiais didáticos, na organização do ambiente de aprendizagem e no desenvolvimento de projetos pedagógicos, sob a supervisão do professor titular.

1.5.1.3. CUIDADOR

Requisito: Ensino Fundamental.

Atribuições: Atuar como profissional de apoio, em conformidade com a Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015) e a Lei de Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (Lei nº 12.764/2012), assegurando o suporte a alunos com deficiência ou Transtorno do Espectro Autista (TEA). Auxiliar em atividades de higiene, alimentação, locomoção e participação em atividades escolares, atuando sob orientação da equipe pedagógica. Conforme a Nota Técnica 24/2013/MEC e o Decreto nº 12.686/2025, a atuação pauta-se na necessidade real de suporte em atividades de vida diária e pedagógica, não estando vinculada estritamente a um laudo médico. Nos termos da Lei Lucas (Lei nº 13.722/2018), torna obrigatória a capacitação em noções básicas de primeiros socorros de professores e funcionários de



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

estabelecimentos de ensino públicos e privados de educação básica e de estabelecimentos de recreação infantil.

1.5.1.4. MERENDEIRA

Requisito: Ensino Fundamental Completo.

Atribuições: Responsabilizar-se pelo preparo e distribuição da alimentação escolar, seguindo os cardápios estabelecidos e as normas de higiene e segurança alimentar; zelar pela limpeza e organização da cozinha, dos equipamentos e dos utensílios utilizados.

1.5.1.5. MONITOR

Requisito: Ensino Médio Completo.

Atribuições: Desenvolver e acompanhar atividades específicas de reforço escolar, oficinas pedagógicas, atividades esportivas, culturais e de lazer, conforme o projeto político-pedagógico da unidade escolar, atuando como facilitador do processo de ensino-aprendizagem em horários regulares ou no contraturno escolar.

1.5.1.6. MOTORISTA ESCOLAR

Requisito: Ensino Fundamental Incompleto e CNH.

Atribuições: Conduzir veículos destinados ao transporte de alunos da rede municipal de ensino, cumprindo os itinerários e horários preestabelecidos, zelando pela segurança dos passageiros e pela manutenção e conservação do veículo sob sua responsabilidade, em estrita observância às leis de trânsito.

1.5.1.7. PORTEIRO

Requisito: Ensino Fundamental.

Atribuições: Controlar o acesso de pessoas e veículos às dependências da unidade escolar e outros prédios públicos vinculados à Secretaria Municipal de Educação, identificando e orientando visitantes, alunos e servidores; zelar pela segurança do patrimônio e pela ordem nas áreas de entrada e saída, reportando qualquer ocorrência à direção da escola.

1.5.1.8. PROFESSOR

Requisito: Magistério ou Nível Superior em Pedagogia/Licenciatura (ou cursando).

Atribuições: Exercer a docência na Educação Infantil, no Ensino Fundamental ou em modalidades específicas, ministrando aulas, participando da elaboração do planejamento pedagógico, avaliando o processo de aprendizagem dos alunos e desenvolvendo estratégias para a recuperação daqueles com menor rendimento, em conformidade com as diretrizes da Rede Municipal de Ensino.

1.5.1.9. ZELADORA

Requisito: Ensino Fundamental.

Atribuições: Realizar a limpeza, higienização e conservação dos ambientes internos e externos da unidade escolar, incluindo salas de aula,



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

pátios, banheiros e áreas administrativas, garantindo um ambiente salubre e adequado ao desenvolvimento das atividades educacionais.

1.5.1.10. AUXILIAR DE VIGILÂNCIA ESCOLAR

Requisito: Ensino Fundamental.

Atribuições: Realizar rondas e fiscalizar as áreas internas e externas da unidade escolar, visando à proteção de alunos, servidores e do patrimônio público; monitorar o fluxo de pessoas e atuar preventivamente para inibir atos de vandalismo ou violência, comunicando imediatamente qualquer irregularidade à direção.

1.5.1.11. COORDENADOR PEDAGÓGICO

Requisito: Nível Superior em Pedagogia.

Atribuições: Articular, coordenar e acompanhar a elaboração e a execução da proposta pedagógica da unidade escolar; oferecer suporte e formação continuada aos docentes; acompanhar o desenvolvimento e a aprendizagem dos alunos; e promover a integração entre escola, família e comunidade, sob a supervisão da gestão escolar.

1.5.1.12. PSICÓLOGO

Requisito: Graduação em Psicologia.

Atribuições: Realizar diagnósticos psicológicos e intervenções psicoterapêuticas individuais ou em grupo; prestar suporte especializado nas redes de atenção à saúde; atuar na promoção da saúde mental; realizar acolhimento e escuta qualificada de usuários em sofrimento psíquico; elaborar planos terapêuticos singulares; participar de equipes multidisciplinares para o atendimento integral à saúde e oferecer suporte em situações de crise ou vulnerabilidade psicossocial. Identificar vivências de violência, abuso ou negligência e atuar na superação dessas situações. Realizar intervenções em grupos terapêuticos e socioeducativos. Oferecer suporte emocional e técnico à equipe interdisciplinar. Atuar na mediação de conflitos familiares e comunitários, focando na proteção de crianças, adolescentes, idosos e mulheres em situação de risco.

1.5.1.13. ASSISTENTE SOCIAL

Requisito: Bacharelado em Serviço Social.

Atribuições: Realizar o atendimento e acompanhamento socioassistencial de indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade ou risco social. Elaborar relatórios, laudos e pareceres sociais para fundamentar decisões técnicas e judiciais.

1.5.1.14. PSICOPEDAGOGO

Requisito: Pós-graduação em Psicopedagogia.

Atribuições: O Psicopedagogo será responsável por atuar preventivamente e no suporte direto aos processos de ensino-aprendizagem, identificando precocemente dificuldades ou transtornos que impactem o rendimento escolar. Suas atribuições envolvem a realização de triagens e observações em sala de aula, o desenvolvimento de projetos de intervenção



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

coletiva ou individual e a assessoria direta aos professores na elaboração de estratégias pedagógicas e adaptações curriculares para alunos com necessidades específicas. Além disso, o profissional deve mediar a relação escola-família, orientando os responsáveis sobre o desenvolvimento do aluno, e colaborar com a equipe multidisciplinar na construção de um ambiente escolar inclusivo e acolhedor.

1.5.1.15. FONOAUDIÓLOGO

Requisito: Bacharelado em Fonoaudiologia.

Atribuições: Diagnosticar e tratar distúrbios da fala, linguagem oral e escrita, voz, audição e funções orofaciais (incluindo deglutição); realizar triagens auditivas e avaliações de processamento auditivo; prestar suporte fonoaudiológico em contexto da educação municipal; orientar professores e pais sobre o desenvolvimento da comunicação; atuar na reabilitação de pacientes com disfagia ou atrasos no desenvolvimento da linguagem; integrar programas de prevenção e promoção da saúde auditiva e vocal.

1.5.1.16. TERAPEUTA OCUPACIONAL

Requisito: Bacharelado na área.

Atribuições: Realizar diagnósticos e intervenções para promover a autonomia e independência dos usuários nas Atividades de Vida Diária (AVD); aplicar técnicas de integração sensorial; prescrever e confeccionar adaptações e tecnologias assistivas; atuar na inclusão social e escolar de pessoas com deficiência; desenvolver atividades de estimulação cognitiva e psicomotora; orientar cuidadores e familiares sobre o manejo adequado e adaptações no ambiente domiciliar, observando a realidade da Rede Municipal.

1.5.1.17. NUTRICIONISTA

Requisito: Bacharelado em Nutrição.

Atribuições: Realizar o planejamento, coordenação e supervisão de programas de alimentação e nutrição; elaborar dietas planos alimentares, bem como cardápios específicos para diferentes necessidades nutricionais e patologias; gerir programas de nutrição escolar e; executar ações de segurança alimentar e nutricional; promover a educação alimentar junto à comunidade; realizar avaliação nutricional de estudantes e monitorar indicadores de saúde alimentar da população municipal.

1.5.1.18. MONITOR DE TRANSPORTE ESCOLAR

Requisito: Ensino Fundamental Incompleto.

Atribuições: Realizar a supervisão e execução de ações para garantir a segurança, integridade física e o comportamento adequado dos alunos durante o trajeto escola – casa – casa - escola.

1.5.1.19. PSICOMOTRICISTA

Requisito: Bacharelado na área.

Atribuições: Realizar o planejamento, a coordenação e execução de atividades lúdicas para desenvolver habilidades cognitivas, emocionais e



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

motoras, promovendo autonomia e melhorando a qualidade de vida dos estudantes e de toda a rede educacional.

1.5.2. SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

1.5.2.1. ENFERMEIRO

Requisito: Nível Superior e registro no COREN.

Atribuições: Gerenciar a assistência de enfermagem em unidades de saúde. Realizar consultas de enfermagem, prescrever cuidados e medicamentos conforme protocolos estabelecidos. Coordenar a equipe de técnicos de enfermagem e planejar escalas de trabalho. Executar ações de vigilância epidemiológica e sanitária. Organizar salas de vacina, monitorar o estoque de insumos e realizar treinamentos técnicos para a equipe. Prestar atendimento direto em casos de urgência e emergência e realizar visitas domiciliares integradas.

1.5.2.2. TÉCNICO EM ENFERMAGEM

Requisito: Curso técnico e registro no COREN.

Atribuições: Executar procedimentos básicos de enfermagem, como administração de medicação (oral e injetável), curativos, nebulizações e verificação de sinais vitais. Prestar suporte direto ao enfermeiro e médico durante consultas e procedimentos. Auxiliar na esterilização de materiais e na organização do ambiente de atendimento. Participar ativamente de campanhas de vacinação e visitas domiciliares. Registrar rigorosamente as atividades realizadas nos prontuários dos pacientes e auxiliar na gestão do fluxo de atendimento.

1.5.2.3. DENTISTA

Requisito: Nível Superior e registro no CRO.

Atribuições: Atuar na prevenção, diagnóstico e tratamento de doenças bucais. Realizar restaurações, extrações, limpezas e pequenas cirurgias bucais. Desenvolver programas de promoção de saúde bucal na comunidade e em ambiente escolar. Prescrever exames e medicamentos odontológicos. Orientar pacientes sobre higiene oral e coordenar as atividades do Auxiliar de Dentista (ASB/TSB), zelando pela biossegurança no consultório.

1.5.2.4. AUXILIAR DE DENTISTA

Requisito: Ensino Médio e registro no CRO.

Atribuições: Auxiliar o dentista nos procedimentos clínicos, realizar a desinfecção e esterilização de materiais, organizar o consultório, orientar pacientes sobre higiene bucal e gerenciar o estoque de materiais odontológicos.

1.5.2.5. TERAPEUTA OCUPACIONAL

Requisitos: Nível Superior na área e registro no respectivo Conselho Profissional.

Atribuições: Realizar diagnósticos e intervenções para promover a autonomia e independência dos usuários nas Atividades de Vida Diária



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

(AVD); aplicar técnicas de integração sensorial; prescrever e confeccionar adaptações e tecnologias assistivas; atuar na inclusão social e escolar de pessoas com deficiência; desenvolver atividades de estimulação cognitiva e psicomotora; orientar cuidadores e familiares sobre o manejo adequado e adaptações no ambiente domiciliar, observando a realidade da Rede Municipal.

1.5.2.6. FISIOTERAPEUTA

Requisito: Nível Superior e registro.

Atribuições: Realizar avaliações físicas e funcionais dos pacientes; elaborar e aplicar protocolos de reabilitação motora e respiratória; realizar atendimentos individuais ou em grupo focados na recuperação cinético-funcional; desenvolver ações preventivas de saúde para evitar deformidades e complicações; orientar pacientes e familiares sobre exercícios e cuidados posturais; registrar a evolução clínica em prontuários e participar de equipes multiprofissionais da rede municipal de saúde.

1.5.2.7. FONOAUDIÓLOGO

Requisitos: Nível Superior na área e registro no respectivo Conselho Profissional.

Atribuições: diagnosticar e tratar distúrbios da fala, linguagem oral e escrita, voz, audição e funções orofaciais (incluindo deglutição); realizar triagens auditivas e avaliações de processamento auditivo; prestar suporte fonoaudiológico em contextos de saúde e educação municipal; orientar professores e pais sobre o desenvolvimento da comunicação; atuar na reabilitação de pacientes com disfagia ou atrasos no desenvolvimento da linguagem; integrar programas de prevenção e promoção da saúde auditiva e vocal.

1.5.2.8. NUTRICIONISTA

Requisitos: Nível Superior na área e registro no respectivo Conselho Profissional.

Atribuições: Realizar o planejamento, coordenação e supervisão de programas de alimentação e nutrição; elaborar dietas hospitalares e ambulatoriais, bem como cardápios específicos para diferentes necessidades nutricionais e patologias; gerir programas de nutrição escolar e de saúde pública; executar ações de segurança alimentar e nutricional; promover a educação alimentar junto à comunidade; realizar avaliação nutricional de pacientes e monitorar indicadores de saúde alimentar da população municipal.

1.5.2.9. PSICÓLOGO

Requisitos: Nível Superior na área e registro no respectivo Conselho Profissional.

Atribuições: Realizar diagnósticos psicológicos e intervenções psicoterapêuticas individuais ou em grupo; prestar suporte especializado nas redes de atenção à saúde; atuar na promoção da saúde mental; realizar



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

acolhimento e escuta qualificada de usuários em sofrimento psíquico; elaborar planos terapêuticos singulares; participar de equipes multidisciplinares para o atendimento integral à saúde e oferecer suporte em situações de crise ou vulnerabilidade psicossocial. Identificar vivências de violência, abuso ou negligência e atuar na superação dessas situações. Realizar intervenções em grupos terapêuticos e socioeducativos. Oferecer suporte emocional e técnico à equipe interdisciplinar. Atuar na mediação de conflitos familiares e comunitários, focando na proteção de crianças, adolescentes, idosos e mulheres em situação de risco.

1.5.2.10. FARMACÊUTICO

Requisitos: Nível Superior na área e registro no respectivo Conselho Profissional.

Atribuições: Desempenhar o gerenciamento da assistência farmacêutica municipal; realizar a seleção, programação, aquisição, armazenamento e distribuição de medicamentos; efetuar a dispensação orientada de fármacos e o controle rigoroso de medicamentos sujeitos a controle especial; supervisionar as condições técnicas e sanitárias das farmácias públicas; orientar usuários e profissionais sobre o uso correto e seguro de medicamentos e gerir estoques de insumos farmacêuticos.

1.5.2.11. BIOMÉDICO

Requisitos: Nível Superior na área e registro no respectivo Conselho Profissional.

Atribuições: Realizar análises clínicas, citológicas, hematológicas e moleculares; atuar no diagnóstico laboratorial para suporte às decisões médicas; emitir e assinar laudos técnicos conforme normas vigentes; executar e supervisionar o controle de qualidade dos processos laboratoriais; prestar apoio técnico especializado às equipes de vigilância em saúde; operar e zelar pela manutenção de equipamentos de diagnóstico e interpretar resultados analíticos em benefício da saúde pública.

1.5.2.12. EDUCADOR FÍSICO

Requisitos: Nível Superior em Educação Física e registro no CREF.

Atribuições: Promover a saúde e a prevenção de doenças crônicas por meio da prescrição e orientação de atividades físicas; coordenar grupos e oficinas em programas de saúde pública, como o Hiperdia e programas de combate à obesidade; realizar atividades de reabilitação física funcional em cooperação com a equipe de fisioterapia; desenvolver práticas corporais junto à comunidade; orientar hábitos de vida saudáveis e atuar na melhoria da qualidade de vida dos usuários da rede municipal.

1.5.2.13. ASSISTENTE SOCIAL

Requisitos: Nível Superior em Serviço Social e registro no CRESS.

Atribuições: Realizar o atendimento e acompanhamento socioassistencial de indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade ou risco social. Elaborar relatórios, laudos e pareceres sociais para fundamentar



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

decisões técnicas e judiciais. Desenvolver o acompanhamento do PAIF e PAEFI. Mediar o acesso a benefícios eventuais e programas de transferência de renda (como o Bolsa Família). Realizar visitas domiciliares, articular a rede de proteção social e promover oficinas de fortalecimento de vínculos.

1.5.3. ASSISTÊNCIA SOCIAL

1.5.3.1. COORDENADOR CRAS/CREAS

Requisitos: Nível Superior em áreas humanas ou sociais.

Atribuições: Gerir a unidade de atendimento, coordenar a equipe técnica, planejar as ações socioassistenciais, supervisionar o cumprimento de metas do pacto de gestão e representar a unidade perante o órgão gestor municipal.

1.5.3.2. ADVOGADO

Requisito: Nível Superior e OAB.

Requisitos: Nível Superior em Direito e registro na OAB.

Atribuições: Prestar orientação jurídico-social aos usuários, acompanhar casos de violação de direitos, oferecer suporte técnico à equipe em questões legais e mediar conflitos no âmbito da proteção especial.

1.5.3.3. VISITADOR

Requisitos: Ensino Médio completo.

Atribuições: Realizar visitas domiciliares programadas para acompanhamento de programas de transferência de renda e desenvolvimento infantil.

1.5.3.4. OFICINEIRO

Requisitos: Ensino Médio completo e habilidade técnica na área da oficina.

Atribuições: Planejar e executar oficinas de artes, música, esportes ou artesanato, visando a convivência e o fortalecimento de vínculos comunitários.

1.5.3.5. AUXILIAR ADMINISTRATIVO

Requisitos: Ensino Médio completo.

Atribuições: Prestar suporte técnico-administrativo integral às unidades das Secretarias de Saúde, Educação e Ação Social; realizar o atendimento direto ao público, fornecendo informações e orientações de forma clara e eficiente; organizar, classificar e manter arquivos de documentos oficiais, prontuários de usuários e processos administrativos; redigir e formatar ofícios, memorandos e comunicações internas; auxiliar no controle de materiais de expediente e almoxarifado; oferecer apoio operacional às coordenações e demais setores administrativos das secretarias municipais para garantir o fluxo contínuo dos serviços.

1.5.3.6. DIGITADOR

Requisitos: Ensino Médio completo.



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

Atribuições: Realizar a inserção, atualização e processamento sistemático de dados em sistemas governamentais oficiais (incluindo sistemas do SUS, Educação, Assistência Social e Cadastro Único); proceder com a digitação de documentos oficiais, relatórios técnicos, planilhas e correspondências diversas; realizar a conferência rigorosa de informações para assegurar a exatidão dos dados inseridos e corrigir eventuais inconsistências; manter a organização e integridade dos bancos de dados municipais; zelar pelo sigilo e pela confidencialidade absoluta das informações processadas, observando as diretrizes de proteção de dados e segurança da informação.

1.5.3.7. RECEPCIONISTA

Requisitos: Ensino Médio completo.

Atribuições: Gerir o fluxo de entrada de usuários e realizar o primeiro acolhimento nas unidades de atendimento. Prestar informações iniciais, organizar filas de espera e encaminhar o cidadão aos setores competentes. Atender chamadas telefônicas e realizar agendamentos. Manter a organização do ambiente de recepção, garantindo um suporte operacional básico para que as equipes técnicas possam focar na assistência direta à população.

1.5.3.8. AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

Requisitos: Ensino Fundamental.

Atribuições: Realizar a limpeza, higienização e conservação de todos os ambientes das secretarias e unidades descentralizadas. Zelar pelo patrimônio público e materiais de expediente. Apoiar na logística de eventos e reuniões promovidas pelas secretarias, garantindo ambientes salubres e adequados para o atendimento ao cidadão.

1.6. Os valores das inscrições que serão cobradas dos participantes não poderão ser superiores aos valores constantes da tabela abaixo:

NÍVEL DE ESCOLARIDADE	VALOR DA INSCRIÇÃO
NÍVEL FUNDAMENTAL	R\$ 45,00
NÍVEL MÉDIO	R\$ 60,00
NÍVEL TÉCNICO	R\$ 80,00
NÍVEL SUPERIOR	R\$ 120,00

1.7. PREVISÃO DE CRONOGRAMA ESTIMADO: A contratada deverá cumprir os prazos estabelecidos no cronograma desenvolvido abaixo para conclusão das etapas do Processo Seletivo:

DATA	ATO
A definir	Publicação do Edital.
A definir	Período de Inscrição.
A definir	Prazo para envio eletronicamente nos sites da empresa responsável pela execução do concurso através da "Área do Candidato" de laudo médico para candidatos com deficiência e para pedido de condições especiais para a realização das



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

	provas objetivas.
A definir	Período para solicitar isenção do pagamento da taxa de inscrição.
A definir	Divulgação da lista de isentos do pagamento da taxa de inscrição.
A definir	Prazo para recursos contra indeferimento da solicitação de isenção da taxa de inscrição.
A definir	Julgamento dos recursos contra indeferimento da solicitação de isenção da taxa de inscrição.
A definir	Prazo para impressão do boleto e para pagamento da taxa de inscrição.
A definir	Publicação da relação de inscritos
A definir	Recurso contra a lista preliminar dos inscritos
A definir	Resultado Julgamento dos recursos contra o indeferimento de inscrição e Homologação das Inscrições (listagem oficial).
A definir	Convocação dos inscritos para fazer a prova objetiva.
A definir	Data para realização das provas objetivas.
A definir	Publicação do gabarito provisório e PDF das provas.
A definir	Prazo para interposição de recurso contra questões e gabarito.
A definir	Julgamento dos Recursos contra questões e gabarito e Publicação do Gabarito Oficial, das Notas da Prova Objetiva e da Classificação Provisória.
A definir	Divulgação do resultado preliminar
A definir	Prazo para interposição de recurso contra Notas da Prova Objetiva e da Classificação Provisória.
A definir	Julgamento dos Recursos contra Notas da Prova Objetiva e da Classificação Provisória.
A definir	Homologação e publicação do Resultado.

1.8. Caso haja necessidade, a previsão do cronograma poderá sofrer alteração para que a realização do mesmo não seja prejudicada.

1.9. DOS PRAZOS E CONDIÇÕES GERAIS

1.9.1. Os prazos acordados para execução do objeto poderão ser prorrogados, desde que devidamente justificados e com fundamento nas disposições da Lei nº 14.133/2021, observados os limites legais aplicáveis.

1.10. DA RAZÃO DA ESCOLHA DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO

1.10.1. O procedimento licitatório será realizado na modalidade Pregão Eletrônico, com critério de julgamento menor preço global, em razão de se tratar de serviço comum, nos termos da legislação vigente.

1.10.2. A escolha do critério de menor preço global justifica-se pela natureza integrada do objeto, que exige execução coordenada e padronizada de todas as etapas do processo seletivo, não sendo tecnicamente viável sua fragmentação.



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

1.10.3. A adoção do julgamento global evita riscos de descontinuidade, incompatibilidade entre etapas do certame e dificuldades na gestão contratual, assegurando maior eficiência e economicidade.

1.10.4. A contratação por preço global encontra respaldo na jurisprudência do Tribunal de Contas da União, que admite tal modelo quando demonstrada a inviabilidade técnica ou econômica do parcelamento, devendo o gestor adotar a solução mais adequada ao caso concreto.

1.11. DA PLATAFORMA ELETRÔNICA

1.11.1. O procedimento licitatório será realizado por meio da plataforma eletrônica LICITANET, disponível no endereço eletrônico www.licitanet.com.br.

1.11.2. Os licitantes deverão estar previamente credenciados no sistema, sendo de sua exclusiva responsabilidade o correto cadastramento, envio de propostas, participação na fase de lances e acompanhamento de todas as etapas do certame.

1.11.3. A Administração não se responsabiliza por eventuais falhas técnicas, indisponibilidades de sistema ou erros de operação por parte dos licitantes.

1.11.4. Em caso de divergência entre as informações constantes no sistema eletrônico e aquelas previstas neste Termo de Referência ou no edital, prevalecerão as disposições do instrumento convocatório.

1.12. DAS DISPOSIÇÕES COMPLEMENTARES

1.12.1. Em caso de divergência entre as especificações constantes na plataforma eletrônica LICITANET e aquelas descritas neste Termo de Referência, prevalecerão as disposições constantes neste instrumento.

1.12.2. Os casos omissos serão resolvidos pela Administração, com base na legislação vigente e nos princípios que regem a Administração Pública.

02. CLASSIFICAÇÃO DO OBJETO

Base legal: Art. 6º, inciso XIII, e Art. 18 da Lei nº 14.133/2021.

2.1. O objeto da presente contratação enquadra-se como serviço comum, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133/2021, por possuir padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos, passíveis de especificação no Termo de Referência, sendo usualmente ofertado no mercado por diversas empresas especializadas.

2.2. Trata-se de serviço de natureza predominantemente técnica e operacional, envolvendo a organização, planejamento e execução de processo seletivo simplificado, compreendendo atividades padronizadas como elaboração de edital, gerenciamento de inscrições, aplicação de avaliações, processamento de resultados e demais etapas correlatas.

2.3. A execução do objeto será realizada de forma indireta, mediante contratação de empresa especializada, nos termos da legislação



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

vigente, em razão da ausência de estrutura técnica, operacional e tecnológica suficiente no âmbito da Administração para execução direta.

2.4. O objeto não se enquadra como serviço de natureza predominantemente intelectual para fins de inviabilizar a adoção de modalidade competitiva comum, uma vez que suas etapas são amplamente padronizadas e executadas por empresas especializadas no mercado.

2.5. Dessa forma, a classificação do objeto como serviço comum permite a adoção de procedimento licitatório compatível, observando os princípios da competitividade, economicidade e eficiência.

03 - FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO:

Base legal: Art. 6º, XIII da Lei nº 14.133/2021.

3.1. A fundamentação da contratação, incluindo a demonstração da necessidade, a justificativa da solução adotada e a definição dos quantitativos estimados, encontra-se devidamente pormenorizada no Estudo Técnico Preliminar – ETP, documento que integra o presente Termo de Referência como seu anexo, em conformidade com a fase de planejamento da contratação prevista na Lei nº 14.133/2021.

3.2. O Estudo Técnico Preliminar – ETP consolida as análises técnicas, econômicas e operacionais que embasam a presente contratação, constituindo-se como instrumento essencial para a definição da solução mais vantajosa para a Administração Pública.

04 - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO:

Base legal: Art. 18, §1º, VI da Lei nº 14.133/2021.

4.1. A descrição detalhada da solução adotada, incluindo suas características técnicas, modelo de execução, justificativa da escolha e demais elementos pertinentes, encontra-se pormenorizada no Estudo Técnico Preliminar – ETP, que integra este Termo de Referência como documento complementar.

4.2. A solução definida no ETP considera as alternativas disponíveis no mercado, os requisitos técnicos da contratação e a necessidade de atendimento eficiente das demandas da Administração, assegurando a melhor relação custo-benefício.

4.3. A execução da solução poderá ocorrer de forma centralizada ou descentralizada, conforme viabilidade técnica e operacional, observando-se sempre os princípios da eficiência, economicidade e continuidade do serviço público.

05 - REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:

Base legal: Art. 18, §1º, II da Lei nº 14.133/2021.

5.1. Subcontratação

5.1.1. Não será admitida a subcontratação das atividades essenciais do objeto contratual, especialmente aquelas relacionadas à



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

elaboração de edital, aplicação de avaliações, processamento de resultados e análise de recursos.

5.1.2. Poderá ser admitida, de forma excepcional e mediante prévia autorização da Contratante, a subcontratação de atividades acessórias de apoio técnico ou logístico, desde que não comprometam a execução do objeto nem afastem a responsabilidade integral da contratada.

5.2. Requisitos gerais dos serviços

5.2.1. Os serviços deverão atender integralmente às especificações técnicas e padrões de qualidade estabelecidos neste Termo de Referência, garantindo segurança, confiabilidade e eficiência na execução do processo seletivo.

5.2.2. A execução deverá observar as normas legais e regulamentares aplicáveis, incluindo legislação administrativa, princípios constitucionais e, no que couber, normas técnicas pertinentes.

5.2.3. A contratada deverá dispor de estrutura técnica, operacional e tecnológica compatível com o objeto, incluindo sistemas informatizados para gerenciamento de inscrições, processamento de dados e divulgação de resultados.

5.2.4. Os serviços deverão ser executados de forma contínua, organizada e padronizada, assegurando a integridade de todas as etapas do certame.

5.2.5. Eventuais falhas na execução dos serviços deverão ser corrigidas pela contratada, sem ônus adicional para a Administração, sempre que identificadas pela fiscalização.

5.2.6. Não serão aceitos serviços executados em desacordo com as condições estabelecidas neste Termo de Referência, devendo a contratada promover as adequações necessárias no prazo estabelecido pela Administração.

5.3. Garantia da contratação

5.3.1. Não será exigida garantia da contratação, nos termos dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021.

5.3.2. A não exigência de garantia justifica-se pela ausência de vultuosidade relevante na contratação, bem como pelo fato de que sua imposição poderia representar aumento de custos aos licitantes, com reflexo direto nos valores ofertados.

5.3.3. Ademais, a exigência de garantia poderia restringir a competitividade do certame, reduzindo o número de participantes, em afronta aos princípios da economicidade e da ampla concorrência.

5.4. Requisitos técnicos e de habilitação

5.4.1. A contratada deverá comprovar capacidade técnica compatível com o objeto, mediante apresentação de atestado(s) de capacidade técnica emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

privado, demonstrando experiência anterior na organização e execução de processos seletivos ou concursos públicos.

5.4.2. Os atestados deverão evidenciar a execução de atividades compatíveis, tais como elaboração de edital, gerenciamento de inscrições, aplicação e correção de avaliações, análise de recursos e divulgação de resultados.

5.4.3. Será admitida a comprovação por meio da soma de atestados, desde que, em conjunto, demonstrem a aptidão da licitante para execução do objeto.

5.4.4. A contratada deverá demonstrar que possui estrutura operacional adequada, incluindo equipe técnica qualificada, sistemas informatizados e capacidade logística compatível com o porte do certame.

5.4.5. A empresa deverá comprovar regularidade jurídica, fiscal e trabalhista, nos termos da legislação vigente.

5.4.6. A contratada deverá observar as disposições relativas à proteção de dados pessoais, nos termos da Lei nº 13.709/2018 (LGPD), garantindo a segurança e confidencialidade das informações dos candidatos.

06 - MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO:

Base legal: Art. 18, §1º, II da Lei nº 14.133/2021.

6.1. Dos serviços a serem executados

6.1.1. Os serviços contratados deverão ser executados de forma integral, sendo de responsabilidade da contratada todas as etapas necessárias à realização do processo seletivo, compreendendo planejamento, organização, execução, controle e finalização do certame.

6.1.2. A contratada deverá elaborar cronograma geral detalhado, em conformidade com as diretrizes estabelecidas pela Administração, contemplando todas as fases do processo seletivo.

6.1.3. Caberá à contratada elaborar o edital do processo seletivo, respeitando a legislação municipal, estadual e federal aplicável, submetendo-o previamente à aprovação da Comissão Organizadora.

6.1.4. A contratada deverá providenciar a ampla divulgação do edital, inclusive em meio eletrônico e, quando necessário, em meios de comunicação de circulação local.

6.1.5. O edital deverá conter, no mínimo:

- Descrição das funções e número de vagas
- Conteúdo programático
- Regras de inscrição e pagamento de taxa
- Cronograma completo do certame
- Critérios de correção
- Regras de recursos
- Critérios de desempate
- Normas de segurança e conduta dos candidatos



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

6.2. Das inscrições e atendimento aos candidatos

6.2.1. As inscrições deverão ser realizadas via internet, por meio de sistema informatizado disponibilizado pela contratada.

6.2.2. A contratada deverá garantir suporte aos candidatos durante todas as fases, por meio de telefone e correio eletrônico.

6.2.3. Deverá ser assegurada a possibilidade de inscrição presencial, quando necessário, sendo a estrutura e equipe de responsabilidade da contratada.

6.2.4. A contratada deverá analisar e validar as inscrições, bem como divulgar listagens de deferimento e indeferimento.

6.3. Das provas

6.3.1. O processo seletivo será composto por prova objetiva, de caráter eliminatório e classificatório.

6.3.2. As provas deverão conter questões de múltipla escolha, com 05 (cinco) alternativas e apenas 01 (uma) correta.

6.3.3. A composição mínima das provas deverá observar:

- Língua Portuguesa
- Matemática
- Conhecimentos Gerais
- Informática
- Conhecimentos Específicos

6.3.4. Será considerado aprovado o candidato que obtiver, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) da pontuação total.

6.3.5. A contratada será responsável pela elaboração, impressão, sigilo, aplicação e correção das provas.

6.3.6. Deverá ser garantido absoluto sigilo das provas e dos gabaritos.

6.4. Da aplicação das provas

6.4.1. As provas serão aplicadas no Município de Quijingue/BA, em locais disponibilizados pela Administração.

6.4.2. A contratada será responsável por:

- Treinamento de fiscais e equipe de apoio
- Organização dos locais de prova
- Distribuição dos candidatos
- Fornecimento de materiais necessários
- Logística e segurança do certame

6.4.3. Deverão ser asseguradas condições especiais para candidatos que necessitem de atendimento diferenciado.

6.5. Da correção e processamento

6.5.1. A correção das provas deverá ser realizada por meio de sistema eletrônico, preferencialmente leitura óptica.

6.5.2. Os resultados deverão ser processados eletronicamente, garantindo precisão e rastreabilidade.



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

6.5.3. A contratada deverá fornecer relatórios completos contendo:

- Notas individuais
- Classificação geral
- Listagens por ordem alfabética e classificação

6.6. Dos recursos

6.6.1. A contratada deverá receber, analisar e julgar os recursos administrativos interpostos pelos candidatos.

6.6.2. Os recursos deverão ser analisados com fundamentação técnica individualizada.

6.6.3. Caso necessário, deverão ser revisados gabaritos e resultados.

6.7. Do resultado final

6.7.1. Após o julgamento dos recursos, a contratada deverá apresentar o resultado final do certame.

6.7.2. O resultado deverá conter classificação geral e por função.

6.7.3. A contratada deverá fornecer todos os dados em meio físico e digital para envio ao TCM/BA.

6.8. Das responsabilidades da contratada

6.8.1. A contratada será integralmente responsável pela execução do processo seletivo.

6.8.2. Deverá responder técnica e juridicamente por eventuais falhas.

6.8.3. Em caso de anulação do certame por culpa comprovada, arcará com todos os custos.

6.8.4. Deverá garantir acompanhamento pela Administração em todas as fases.

6.9. Das disposições finais da execução

6.9.1. A contratada deverá apresentar relatório final completo do processo seletivo.

6.9.2. Deverá prestar assessoramento técnico durante a validade do certame.

6.9.3. Estima-se a participação de até 1.300 (mil e trezentos) candidatos.

07 - MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO:

Base legal: Art. 117 da Lei nº 14.133/2021.

7.1. Da gestão e fiscalização

7.1.1. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por servidor(es) formalmente designado(s) pela Administração, na qualidade de gestor e fiscal do contrato, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021.

7.1.2. Caberá ao gestor do contrato coordenar a execução contratual, promovendo a articulação entre a contratada e a



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

Administração, bem como adotar as providências necessárias ao fiel cumprimento das obrigações pactuadas.

7.1.3. Compete ao fiscal do contrato acompanhar a execução dos serviços, verificar o cumprimento das condições estabelecidas neste Termo de Referência e no contrato, bem como registrar eventuais ocorrências e irregularidades.

7.2. Das atribuições da fiscalização

7.2.1. Acompanhar e fiscalizar a execução de todas as etapas do processo seletivo.

7.2.2. Verificar a conformidade dos serviços prestados com as especificações técnicas e condições estabelecidas no contrato.

7.2.3. Solicitar à contratada a correção de falhas ou irregularidades identificadas durante a execução.

7.2.4. Registrar em instrumento próprio todas as ocorrências relacionadas à execução contratual.

7.2.5. Atestar a execução dos serviços para fins de liquidação e pagamento, quando cabível.

7.3. Das obrigações da contratada no âmbito da gestão

7.3.1. Disponibilizar à fiscalização todas as informações, documentos e relatórios necessários ao acompanhamento da execução contratual.

7.3.2. Permitir o acesso irrestrito da Administração às etapas do processo seletivo.

7.3.3. Atender prontamente às solicitações da fiscalização.

7.3.4. Corrigir, às suas expensas, eventuais falhas identificadas na execução dos serviços.

7.4. Dos instrumentos de controle

7.4.1. A gestão contratual será realizada mediante utilização de instrumentos de controle, tais como relatórios de acompanhamento, registros de ocorrências, cronogramas de execução e demais documentos necessários à fiscalização.

7.4.2. A contratada deverá apresentar relatórios periódicos de execução, contendo informações detalhadas sobre o andamento do processo seletivo.

7.5. Do acompanhamento e avaliação

7.5.1. A execução do contrato será avaliada continuamente pela Administração, considerando critérios de qualidade, cumprimento de prazos, eficiência e conformidade com o objeto contratado.

7.5.2. Eventuais descumprimentos contratuais poderão ensejar a aplicação de penalidades, nos termos da legislação vigente.

7.6. Da comunicação entre as partes



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

7.6.1. A comunicação entre a Administração e a contratada deverá ocorrer de forma formal, preferencialmente por meio eletrônico ou por documentos oficiais.

7.6.2. Todas as comunicações relevantes deverão ser registradas para fins de controle e rastreabilidade.

08 - CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO:

Base legal: Art. 141 da Lei nº 14.133/2021.

8.1. Da forma de remuneração

8.1.1. A remuneração da contratada dar-se-á mediante a arrecadação das taxas de inscrição pagas pelos candidatos participantes do processo seletivo, conforme valores definidos no edital.

8.1.2. Não haverá, em regra, desembolso direto de recursos orçamentários por parte da Administração, salvo na hipótese de insuficiência de arrecadação ou previsão expressa em edital.

8.2. Da arrecadação e controle dos valores

8.2.1. Os valores referentes às taxas de inscrição deverão ser arrecadados por meio de sistema oficial, preferencialmente vinculados à conta bancária de titularidade da Administração Pública.

8.2.2. A contratada deverá disponibilizar relatórios detalhados contendo:

- Número de inscritos
- Valores arrecadados
- Taxa por cargo/função
- Consolidação financeira do certame

8.2.3. A Administração poderá, a qualquer tempo, auditar os valores arrecadados.

8.3. Do limite da remuneração

8.3.1. Deverá ser estabelecido no edital o valor máximo da taxa de inscrição por candidato.

8.3.2. Deverá ser fixado valor global máximo da contratação, com base na estimativa de inscritos.

8.3.3. Eventual arrecadação superior ao valor contratual máximo deverá ser revertida ao Tesouro Municipal.

8.4. Da medição dos serviços

8.4.1. A medição da execução dos serviços será realizada por etapas, considerando o cumprimento integral das fases do processo seletivo, tais como:

- Publicação do edital
- Realização das inscrições
- Aplicação das provas
- Divulgação dos resultados
- Conclusão do certame



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

8.4.2. A comprovação da execução será feita mediante apresentação de relatórios e documentos que evidenciem a realização de cada etapa.

8.5. Das condições para pagamento

8.5.1. O pagamento à contratada ficará condicionado:

- Ao cumprimento das etapas previstas
- À validação pela fiscalização
- À apresentação dos relatórios técnicos
- À comprovação da regularidade fiscal e trabalhista

8.5.2. Não serão realizados pagamentos por serviços executados em desacordo com o contrato.

8.6. Da hipótese de insuficiência de arrecadação

8.6.1. Caso a arrecadação das taxas de inscrição seja insuficiente para cobrir os custos da execução, a Administração poderá complementar o valor, desde que previamente previsto no edital e no contrato.

09 - FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR:

Base legal: Art. 33 da Lei nº 14.133/2021.

9.1. A seleção do fornecedor será realizada por meio de procedimento licitatório na modalidade Pregão Eletrônico, considerando tratar-se de serviço comum, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos neste Termo de Referência, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

9.2. Modalidade de Licitação

9.2.1. A contratação será realizada mediante Pregão Eletrônico, nos termos do art. 28 da Lei nº 14.133/2021.

9.3. Critério de Julgamento

9.3.1. O critério de julgamento adotado será o de MENOR PREÇO POR LOTE, devendo a proposta considerar todos os custos diretos e indiretos necessários à execução do objeto.

9.4. Justificativa do Critério de Julgamento

9.4.1. A adoção do critério de menor preço por lote justifica-se em razão de:

9.4.1.1. Necessidade de execução integrada do objeto;

9.4.1.2. Interdependência operacional entre as categorias de veículos;

9.4.1.3. Garantia de responsabilidade única da contratada;

9.4.1.4. Maior eficiência na gestão contratual;

9.4.1.5. Redução de custos administrativos;

9.4.1.6. Obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração.

9.5. Modo de Disputa

9.5.1. Será adotado o modo de disputa ABERTO, nos termos do art. 56 da Lei nº 14.133/2021.



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

9.6. Justificativa do Modo de Disputa

9.6.1. O modo de disputa aberto foi escolhido por:

9.6.1.1. Proporcionar maior competitividade;

9.6.1.2. Assegurar transparência ao processo licitatório;

9.6.1.3. Possibilitar a obtenção das melhores propostas por meio de lances sucessivos.

9.7. Participação dos Licitantes

9.7.1. Poderão participar do certame empresas que:

9.7.1.1. Atuem em ramo compatível com o objeto;

9.7.1.2. Atendam às exigências do edital;

9.7.1.3. Comproven regularidade jurídica, fiscal, trabalhista e econômico-financeira;

9.7.1.4. Comproven capacidade técnica compatível com o objeto da contratação.

10 - EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO:

Base legal: Art. 66, Art. 67, Art. 68, Art. 69 da Lei nº 14.133/2021.

10.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA

10.1.1. Para fins de habilitação no procedimento licitatório, os licitantes deverão comprovar sua habilitação jurídica, mediante a apresentação dos seguintes documentos, conforme o caso:

10.1.1.1. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

10.1.1.2. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no [sítio https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor](https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor);

10.1.1.3. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

10.1.1.4. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME Nº 77, de 18 de março de 2020.

10.1.1.5. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

10.1.1.6. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

10.1.1.7. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

10.2. Documento de Identificação do Representante Legal

10.2.1. A Administração poderá, a qualquer tempo, solicitar a apresentação de documento oficial de identificação com foto do titular, sócio ou representante legal da licitante, com o objetivo de verificar a legitimidade da representação.

10.2.2. A ausência do documento de identificação não implicará, por si só, a inabilitação da licitante, podendo ser suprida mediante diligência, nos termos do art. 64 da Lei nº 14.133/2021.

10.2.3. Serão considerados documentos oficiais de identificação, dentre outros:

- ✓ Carteira de Identidade (RG);
- ✓ Carteira Nacional de Habilitação (CNH);
- ✓ Carteira profissional expedida por conselho de classe;
- ✓ Passaporte.

10.2.4. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

10.2.5. Disposições Gerais

a) Os documentos apresentados deverão estar em plena vigência e compatíveis com o objeto da licitação;

b) A comprovação da habilitação jurídica poderá ser realizada por meio de documentos eletrônicos, quando admitido pelo instrumento convocatório;

c) A ausência ou irregularidade de qualquer documento exigido não implicará, automaticamente, a inabilitação do licitante, podendo ser sanada mediante diligência, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

d) Não será permitida a participação de empresas reunidas em consórcio nesta licitação, nos termos do Art. 15 da Lei nº 14.133/2021, considerando o porte e a complexidade do objeto, plenamente executável por empresas individualmente.

e) A vedação se justifica em razão da natureza técnica e integrada do objeto, que exige responsabilidade operacional direta, coordenação executiva unificada, gestão centralizada de engenharia e execução contínua das atividades críticas, de modo que a participação consorciada poderá comprometer a padronização técnica, a segurança da execução e a responsabilidade contratual.



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

10.3. Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista.

10.3.1. Para fins de habilitação no procedimento licitatório, os licitantes deverão comprovar sua regularidade fiscal, social e trabalhista, mediante a apresentação dos seguintes documentos, nos termos da legislação vigente:

10.3.1.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso.

10.3.1.2. Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, mediante apresentação de Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, negativa ou positiva com efeitos de negativa.

10.3.1.3. Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual, mediante certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa;

10.3.1.4. Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, mediante certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa;

10.3.1.5. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);

10.3.1.6. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);

10.3.1.7. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre.

10.3.1.8. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade.

10.3.1.9. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual ou Distrital ou ainda Municipal ou Distrital relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

10.3.2. Disposições Gerais

a) As certidões deverão estar válidas na data da sessão pública do certame;

b) Será admitida a apresentação de certidão positiva com efeitos de negativa, na forma da lei;

c) A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista poderá observar o tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar nº 123/2006, quando aplicável;

d) A ausência ou irregularidade de qualquer documento exigido implicará a inabilitação do licitante, ressalvadas as hipóteses de saneamento previstas na legislação.

10.4. Qualificação Econômico-Financeira



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

10.4.1. Para fins de habilitação no procedimento licitatório, os licitantes deverão comprovar sua qualificação econômico-financeira, visando demonstrar capacidade para assumir as obrigações decorrentes da contratação, mediante a apresentação dos seguintes documentos:

10.4.1.1. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea "c", da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples

10.4.1.2. Certidões negativas de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, expedidas pelo Distribuidor da sede da pessoa jurídica. Não serão aceitas Certidões com mais de 30 (trinta) dias corridos, contados da efetiva pesquisa do Cartório em relação à data da realização desta licitação, apenas consideradas para esse fim, aquelas que não têm prazo de validade próprio - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II.

10.4.1.3. Certidão Simplificada, emitida pela junta Comercial da sede da empresa licitante, com data de emissão não anterior a 30 (trinta) dias da data da licitação.

10.4.1.4. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios sociais, comprovando:

10.4.1.4.1. Índices de Liquidez Geral (LG);

10.4.1.4.2. Liquidez Corrente (LC);

10.4.1.4.3. Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

10.4.1.5. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

10.4.1.6. Os Microempreendedores Individuais – MEI ficam dispensados da apresentação de balanço patrimonial, nos termos da legislação vigente.

10.4.1.7. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo de 10% do valor total estimado da contratação.

10.4.1.8. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

10.4.1.9. A boa situação financeira do licitante será comprovada com a apresentação de Declaração contendo as Demonstrações Contábeis transcritas do instrumento próprio, completando-se com a indicação e assinaturas do titular ou de representante legal da empresa e do profissional da contabilidade legalmente habilitado de forma digital com



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

base no Art. 69, I e § 1º da Lei Nº 14.133/2021 e artigo 1184, inciso II do Código Civil para Demonstrações que possuam mais de 90 (noventa) dias após o registro no Órgão competente, com os valores extraídos de seu balanço patrimonial.

10.4.2. Disposições Gerais

a) Os documentos deverão estar válidos e compatíveis com o objeto da contratação, na data da sessão pública;

b) Será admitida a apresentação de certidão positiva com efeitos de negativa, quando prevista em lei;

c) A exigência de qualificação econômico-financeira observará os princípios da razoabilidade, proporcionalidade e competitividade, não sendo admitidas exigências excessivas ou desnecessárias;

d) A ausência ou irregularidade de qualquer documento exigido implicará a inabilitação do licitante, ressalvadas as hipóteses de saneamento previstas na Lei nº 14.133/2021.

10.5. Qualificação Técnica:

10.5.1. Para fins de habilitação no procedimento licitatório, os licitantes deverão comprovar sua qualificação técnica, demonstrando aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto da contratação, mediante a apresentação de atestado(s) de capacidade técnica.

10.5.1.1. O(s) atestado(s) deverá(ão) ser fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que o licitante executou ou está executando, de forma satisfatória, serviços de organização, planejamento e execução de processos seletivos ou concursos públicos, abrangendo atividades compatíveis com o objeto desta contratação, tais como elaboração de edital, aplicação de provas, correção, processamento de resultados e análise de recursos.

10.5.1.2. O(s) atestado(s) deverá(ão) conter, no mínimo, a identificação do contratante, a descrição dos serviços executados, o período de execução e o local da realização, de modo a possibilitar a aferição da compatibilidade com o objeto licitado.

10.5.1.3. Será admitida a comprovação da capacidade técnica por meio da soma de atestados, desde que, em conjunto, demonstrem a aptidão do licitante para execução do objeto.

10.5.1.4. A Administração poderá realizar diligências para verificar a autenticidade e veracidade das informações constantes nos atestados apresentados, nos termos da legislação vigente.

10.5.2. Da qualificação técnico-operacional

10.5.2.1. A comprovação da capacidade técnico-operacional deverá demonstrar a aptidão do licitante para execução de serviços com características semelhantes às do objeto da contratação, incluindo:

- Planejamento e organização de certames



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

- Gerenciamento de inscrições
- Aplicação de provas
- Processamento e divulgação de resultados

10.5.2.2. O licitante deverá demonstrar capacidade de execução compatível com o porte do certame, incluindo quantitativo estimado de candidatos e complexidade das funções.

10.5.2.3. Estar devidamente inscrita no Conselho Regional de Administração e estar em dia com suas obrigações legais junto ao conselho de classe e para fins de habilitação no procedimento licitatório, os licitantes deverão comprovar sua qualificação técnica, demonstrando aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto da contratação, mediante a apresentação de atestado(s) de capacidade técnica.

10.5.3. Da equipe técnica mínima

10.5.3.1. A licitante deverá comprovar a disponibilidade de equipe técnica qualificada para execução do objeto, composta, no mínimo, por:

a) Profissional com formação superior em Administração, Gestão Pública ou Recursos Humanos, devidamente registrado no conselho competente, quando aplicável;

b) Profissional da área jurídica, responsável pelo suporte legal e elaboração de pareceres;

c) Profissional da área de Psicologia, habilitado para aplicar psicoteste quando houver previsão de avaliações específicas, de acordo com a Resolução CONTRAN Nº 927/2022 e a Portaria do DETRAN Nº 059, de 22 de abril de 2021;

d) Profissionais responsáveis pela elaboração das provas, com mestrado e doutorado em educação/administração, formação compatível com as áreas exigidas;

e) Profissionais responsáveis pela avaliação da prova prática para motorista, com formação em instrutor de trânsito e outro com o curso de Diretor de Ensino, ambos com a certificação emitida pelo DETRAN, Resolução CONTRAN Nº 1.020/2025 e Portaria/DETRAN Bahia Nº 599, de 29 de dezembro de 2025.

10.5.3.2. A equipe técnica deverá possuir experiência comprovada na organização e execução de processos seletivos ou concursos públicos, mediante apresentação de documentação comprobatória, quando exigido no edital.

10.5.4. Da estrutura operacional

10.5.4.1. O licitante deverá comprovar que possui estrutura operacional adequada para execução do objeto, incluindo:

- Sistemas informatizados de inscrição e processamento
- Infraestrutura logística para aplicação de provas
- Equipe de apoio técnico e operacional



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

10.5.4.2. Deverá ser apresentada declaração de disponibilidade de pessoal técnico, instalações e equipamentos necessários à execução do contrato.

10.5.5. Das disposições complementares

10.5.5.1. Os atestados poderão ser apresentados em nome da matriz ou filial.

10.5.5.2. O licitante deverá disponibilizar todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, incluindo, quando solicitado:

- Cópia do contrato
- Endereço do contratante
- Local de execução dos serviços

10.5.5.3. Não será exigida comprovação de propriedade prévia de equipamentos, sendo suficiente a demonstração de capacidade operacional para execução do objeto.

11 - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

Base legal: Arts. 92, 117 e 120 da Lei nº 14.133/2021.

11.1. Disposições gerais

11.1.1. Além das obrigações previstas na legislação vigente, especialmente na Lei nº 14.133/2021, a contratada obriga-se a executar os serviços de forma integral, observando rigorosamente as condições estabelecidas neste Termo de Referência, no edital e no contrato.

11.1.2. Todos os serviços deverão ser executados em conformidade com a legislação federal, estadual e municipal aplicável, bem como com as normas técnicas pertinentes.

11.2. Obrigações específicas de execução

11.2.1. Elaborar o edital do processo seletivo e todos os documentos necessários à sua execução, submetendo-os previamente à aprovação da Administração.

11.2.2. Iniciar a execução dos serviços imediatamente após a emissão da ordem de serviço, observando os prazos estabelecidos.

11.2.3. Executar todas as etapas do processo seletivo, incluindo planejamento, organização, aplicação de provas, correção, análise de recursos e divulgação dos resultados.

11.2.4. Arcar com todas as despesas necessárias à execução do objeto, incluindo impressão de provas, pagamento de fiscais, logística, materiais e demais custos operacionais.

11.2.5. Disponibilizar canais de atendimento aos candidatos, incluindo telefone, e-mail e outros meios adequados para esclarecimento de dúvidas.

11.3. Da equipe e encargos

11.3.1. Recrutar e manter equipe técnica qualificada para execução dos serviços, sob sua exclusiva responsabilidade.



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

11.3.2. Responsabilizar-se integralmente pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução do contrato.

11.3.3. Designar formalmente preposto para representar a contratada junto à Administração.

11.4. Da responsabilidade e riscos

11.4.1. Responsabilizar-se integralmente pela execução dos serviços, inclusive quanto à qualidade, segurança e cumprimento dos prazos.

11.4.2. Responder pelos danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de dolo ou culpa na execução do contrato.

11.4.3. Assumir responsabilidade por eventuais acidentes de trabalho envolvendo seus empregados.

11.5. Do sigilo e segurança

11.5.1. Manter absoluto sigilo sobre todas as informações relativas ao processo seletivo.

11.5.2. Adotar medidas de segurança para garantir a integridade e inviolabilidade das provas.

11.5.3. Utilizar as informações exclusivamente para execução do objeto contratual, vedada qualquer outra finalidade.

11.6. Da execução e fiscalização

11.6.1. Permitir o acompanhamento integral da execução pela Administração.

11.6.2. Atender prontamente às solicitações da fiscalização.

11.6.3. Corrigir, às suas expensas, quaisquer falhas identificadas.

11.6.4. Manter a Administração informada sobre o andamento dos serviços.

11.7. Das obrigações administrativas

11.7.1. Manter, durante toda a execução do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas.

11.7.2. Comunicar imediatamente qualquer alteração relevante, inclusive endereço e dados bancários.

11.7.3. Aceitar acréscimos ou supressões contratuais até o limite legal de 25%.

11.8. Das obrigações operacionais do certame

11.8.1. Selecionar e contratar bancas examinadoras.

11.8.2. Contratar fiscais e equipe de apoio para aplicação das provas.

11.8.3. Fornecer todos os materiais e equipamentos necessários à execução.

11.8.4. Garantir acondicionamento seguro das provas em envelopes lacrados.

11.8.5. Julgar os recursos administrativos interpostos pelos candidatos.



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

11.8.6. Prestar suporte técnico em caso de impugnações administrativas ou judiciais.

11.9. Do encerramento do objeto

11.9.1. Ao término do processo seletivo, disponibilizar à Administração:

- Atas dos procedimentos
- Provas originais
- Relatórios finais
- Banco de dados do certame

11.9.2. Prestar assessoramento técnico durante a fase final e eventuais demandas posteriores.

12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

Base legal: Arts. 92, 117 e 141 da Lei nº 14.133/2021.

12.1. Disposições gerais

12.1.1. Além das obrigações previstas na legislação vigente, caberá à Contratante assegurar as condições necessárias à adequada execução do objeto contratado.

12.2. Do acompanhamento e fiscalização

12.2.1. Receber provisoriamente os serviços contratados.

12.2.2. Verificar, no prazo fixado, a conformidade dos serviços com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta apresentada, para fins de recebimento definitivo.

12.2.3. Exercer o acompanhamento e a fiscalização da execução contratual por meio de servidor(es) formalmente designado(s), registrando eventuais ocorrências e adotando as providências cabíveis.

12.2.4. Notificar a contratada, por escrito, acerca de imperfeições, falhas ou irregularidades, fixando prazo para sua correção.

12.2.5. Acompanhar a execução do contrato sem prejuízo da responsabilidade integral da contratada.

12.3. Do apoio administrativo

12.3.1. Prestar as informações e esclarecimentos necessários à execução do objeto.

12.3.2. Decidir sobre questões não previstas neste Termo de Referência que venham a surgir durante a execução contratual.

12.3.3. Zelar para que a contratada mantenha, durante toda a execução do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas.

12.4. Das publicações e atos oficiais

12.4.1. Publicar os atos oficiais do processo seletivo, incluindo editais, portarias, convocações e resultados, no Diário Oficial e no portal institucional do Município de Quijingue/BA.

12.4.2. Promover a publicação do extrato do edital, quando necessário, em outros meios oficiais, tais como Diário Oficial do Estado da Bahia (DOE), Diário Oficial da União (DOU) e jornal de grande circulação.



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

12.4.3. Publicar o ato homologatório do resultado final do processo seletivo.

12.5. Da estrutura e logística

12.5.1. Disponibilizar, quando necessário, instalações adequadas para realização de inscrições presenciais.

12.5.2. Disponibilizar locais adequados para aplicação das provas, garantindo condições de segurança e apoio necessário aos candidatos e à equipe de execução.

12.5.3. Providenciar, quando necessário, apoio logístico e institucional para realização das etapas do certame.

12.6. Da organização e supervisão

12.6.1. Instituir Comissão Organizadora do Processo Seletivo, mediante ato formal, composta por servidores do Município.

12.6.2. Acompanhar todas as fases do processo seletivo até sua homologação final.

12.7. Da gestão financeira

12.7.1. Proceder à abertura de conta bancária específica para recebimento dos valores relativos às taxas de inscrição.

12.7.2. Efetuar o pagamento à contratada, quando cabível, nos termos estabelecidos no contrato.

12.8. Das sanções e controle

12.8.1. Aplicar à contratada, quando cabíveis, as penalidades previstas na legislação e no contrato.

13 - GARANTIA DE PROPOSTA

Base legal: Art. 58 da Lei nº 14.133/2021.

13.1. Será exigida dos licitantes a prestação de garantia de proposta, como condição de participação no certame, nos termos do art. 58 da Lei nº 14.133/2021.

13.2. O valor da garantia de proposta corresponderá a até 1% (um por cento) do valor estimado da contratação, conforme definido no edital.

13.3. A garantia de proposta poderá ser apresentada nas seguintes modalidades:

I – Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública;

II – Seguro-garantia;

III – Fiança bancária.

13.4. A garantia de proposta terá validade mínima de 60 (sessenta) dias, contados da data de abertura da sessão pública, devendo ser prorrogada quando necessário.

13.5. A garantia de proposta será exigida com o objetivo de assegurar a seriedade das propostas apresentadas, reduzir riscos de desistência injustificada por parte dos licitantes e garantir a efetiva assinatura do contrato pelo licitante vencedor.



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

13.6. A garantia de proposta será executada nas seguintes hipóteses:

- I – Recusa injustificada do licitante vencedor em assinar o contrato;
- II – Não apresentação dos documentos exigidos para contratação;
- III – Prática de atos que comprometam a regularidade do certame.

13.7. A garantia de proposta será devolvida aos licitantes:

- I – Após a assinatura do contrato, no caso do licitante vencedor;
- II – Após a homologação do certame, para os demais licitantes;
- III – Em caso de revogação ou anulação da licitação.

13.8. A exigência da garantia de proposta justifica-se em razão da relevância da contratação, da necessidade de assegurar a seriedade das propostas e de mitigar riscos de desistência injustificada, conforme análise constante do Estudo Técnico Preliminar.

14 - GARANTIA DA CONTRATAÇÃO

Base legal: Arts. 96 a 102 da Lei nº 14.133/2021.

14.1. Exigência da Garantia

14.1.1. Poderá ser exigida da contratada a prestação de garantia de execução contratual, nos termos do art. 96 da Lei nº 14.133/2021, correspondente a até 5% (cinco por cento) do valor do contrato, podendo ser elevada até 10% (dez por cento), mediante justificativa técnica.

14.2. Modalidades de Garantia

14.2.1. A garantia poderá ser prestada em uma das seguintes modalidades:

14.2.1.1. Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública;

14.2.1.2. Seguro-garantia;

14.2.1.3. Fiança bancária.

14.3. Escolha da Modalidade

14.3.1. A escolha da modalidade de garantia caberá à contratada.

14.4. Prazo para Apresentação

14.4.1. A garantia deverá ser apresentada:

14.4.1.1. Até a assinatura do contrato, no caso de seguro-garantia;

14.4.1.2. Em até 10 (dez) dias úteis após a assinatura do contrato, nas demais modalidades.

14.5. Vigência da Garantia

14.5.1. A garantia deverá permanecer válida durante toda a vigência do contrato, incluindo eventuais prorrogações, sendo liberada após o cumprimento integral das obrigações assumidas.

14.6. Execução da Garantia

14.6.1. A garantia poderá ser executada para:

14.6.1.1. Ressarcimento de prejuízos causados à Administração;

14.6.1.2. Pagamento de multas contratuais;

14.6.1.3. Cobertura de inadimplemento das obrigações contratuais;



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

14.6.1.4. Demais hipóteses previstas no contrato administrativo.

14.7. Disposições Complementares

14.7.1. A garantia somente será liberada após a comprovação do cumprimento integral das obrigações contratuais, mediante manifestação do gestor e fiscal do contrato.

14.7.2. As condições detalhadas relativas à prestação, manutenção, substituição, execução e liberação da garantia serão disciplinadas no contrato administrativo.

15 - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Base legal: Art. 156 da Lei nº 14.133/2021.

15.1. Disposições Gerais

15.1.1. Pela inexecução total ou parcial do contrato, ou pelo descumprimento das obrigações assumidas, a contratada ficará sujeita às sanções previstas no art. 156 da Lei nº 14.133/2021, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

15.2. Sanções Aplicáveis

15.2.1. Poderão ser aplicadas à contratada as seguintes sanções:

15.2.1.1. Advertência;

15.2.1.2. Multa;

15.2.1.3. Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública;

15.2.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

15.3. Multas

15.3.1. A contratada estará sujeita à aplicação de multas, nos seguintes termos:

15.3.1.1. Multa de mora, em caso de atraso injustificado na execução do objeto;

15.3.1.2. Multa compensatória, em caso de inexecução total ou parcial do contrato.

15.3.2. Os percentuais, limites e condições de aplicação das multas serão definidos no contrato administrativo, observando os princípios da proporcionalidade e razoabilidade.

15.4. Impedimento de Licitar e Contratar

15.4.1. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada nos casos previstos no art. 156, inciso III, da Lei nº 14.133/2021, pelo prazo de até 3 (três) anos.

15.5. Declaração de Inidoneidade

15.5.1. A sanção de declaração de inidoneidade será aplicada nos casos previstos no art. 156, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da lei.

15.6. Procedimento



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

15.6.1. A aplicação das sanções observará:

15.6.1.1. Instauração de processo administrativo;

15.6.1.2. Garantia do contraditório e da ampla defesa;

15.6.1.3. Decisão devidamente motivada.

15.7. Registro das Penalidades

15.7.1. As sanções aplicadas poderão ser registradas nos sistemas oficiais de cadastro de fornecedores, conforme legislação vigente.

16 - ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO:

Art. 23 da Lei nº 14.133/2021.

16.1. Metodologia da estimativa

16.1.1. A estimativa do valor da contratação foi elaborada com base na projeção de arrecadação das taxas de inscrição do processo seletivo, considerando o quantitativo estimado de candidatos, a distribuição por nível de escolaridade e os valores propostos para inscrição.

16.1.2. Para fins de estimativa, foram utilizados dados históricos de certames similares, bem como a expectativa de participação no âmbito do Município de Quijingue/BA.

16.2. Valor estimado da arrecadação

16.2.1. O valor global estimado da contratação é de: **R\$ 146.760,00 (Cento e quarenta e seis mil setecentos e sessenta reais).**

16.3. Composição da estimativa

16.3.1. A estimativa foi composta considerando:

- Número estimado de candidatos inscritos por nível
- Valores diferenciados de taxa de inscrição (fundamental, médio/técnico e superior)
- Taxa média de adesão ao certame

16.4. Forma de remuneração

16.4.1. A remuneração da contratada dar-se-á mediante a arrecadação das taxas de inscrição pagas pelos candidatos.

16.4.2. Os valores arrecadados serão depositados em conta específica de titularidade da Administração Pública.

16.5. Limite da contratação

16.5.1. O valor estimado constante neste item servirá como limite máximo da contratação.

16.5.2. Eventual arrecadação superior ao valor máximo estabelecido deverá ser revertida ao Tesouro Municipal, nos termos definidos no edital.

16.6. Disposições finais

16.6.1. O valor estimado não implica, necessariamente, dispêndio direto de recursos públicos, considerando o modelo de remuneração adotado.



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

16.6.2. Os valores arrecadados a título de taxa de inscrição que não integrem a remuneração da contratada constituirão receita do Município de Quijingue/BA.

17 - RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

Base legal: Art. 7º da Lei nº 14.133/2021.

17.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias:

Unidade	Projeto / Atividade	Elemento de Despesa	Fonte
0301 Secretaria Municipal de Administração	2041 Secretaria Municipal de Administração	3.3.9.0.39.0.0 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos
0501 Secretaria Municipal de Educação	2025 Gestão das Atividades da Secretaria de Educação	3.3.9.0.39.0.0 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	15001001 - Recurso não Vinculado de Imposto destinado a despesa com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino
0601 Secretaria de Saúde	2006 Gestão das Ações Administrativas do Fundo Municipal de Saúde	3.3.9.0.39.0.0 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	15001002 - Recurso não Vinculado de Imposto destinado a despesa com Ações e Serviços Públicos de Saúde
0802 Fundo Municipal de Assistência Social	2037 Gestão das Ações Administrativas da Secretaria Municipal de Assistência Social	3.3.9.0.39.0.0 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos

17.2. As despesas encontram-se compatíveis com o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA), atendendo às exigências legais vigentes.

18 - SUSTENTABILIDADE / IMPACTO AMBIENTAL:

Base legal: art. 18, §1º, XII da lei nº 14.133/2021.

18.1. Da natureza do impacto ambiental

18.1.1. A execução do objeto apresenta baixo impacto ambiental, tendo em vista tratar-se de serviço de natureza predominantemente administrativa e intelectual, não envolvendo atividades potencialmente poluidoras ou de significativa degradação ambiental.

18.2. Das medidas de sustentabilidade



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

18.2.1. A contratada deverá adotar práticas que promovam a sustentabilidade ambiental durante a execução do processo seletivo, especialmente por meio da utilização de meios digitais para:

- Realização de inscrições
- Comunicação com os candidatos
- Divulgação de resultados e atos do certame

18.2.2. Sempre que possível, deverão ser priorizados procedimentos eletrônicos, reduzindo o consumo de papel e outros insumos.

18.3. Do uso racional de recursos

18.3.1. Nos casos em que houver necessidade de impressão de documentos, a contratada deverá adotar medidas de uso racional de recursos, tais como:

- Impressão frente e verso
- Controle de tiragens
- Redução de desperdícios

18.4. Da destinação de resíduos

18.4.1. Eventuais resíduos gerados durante a execução do objeto deverão ter destinação adequada, em conformidade com a legislação ambiental vigente.

18.5. Das diretrizes ambientais

18.5.1. A execução do objeto deverá observar, no que couber, as diretrizes de sustentabilidade aplicáveis à Administração Pública, contribuindo para a redução de impactos ambientais e para o uso eficiente dos recursos públicos.

19- JUSTIFICATIVA DO PARCELAMENTO:

Base legal: Art. 40, inciso V, da Lei nº 14.133/2021.

19.1. Da análise do parcelamento

19.1.1. O objeto da presente contratação não comporta parcelamento, tendo em vista sua natureza técnica e operacional integrada, que exige a execução coordenada de todas as etapas do processo seletivo.

19.2. Da inviabilidade técnica

19.2.1. A execução do objeto envolve atividades interdependentes, tais como elaboração de edital, gerenciamento de inscrições, aplicação de avaliações, processamento de resultados e análise de recursos, as quais demandam padronização de procedimentos, uniformidade metodológica e centralização da responsabilidade técnica.

19.2.2. A eventual divisão do objeto em múltiplos contratos poderia comprometer a qualidade da execução, gerar inconsistências entre etapas do certame e aumentar o risco de falhas operacionais.

19.3. Da inviabilidade econômica



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

19.3.1. O parcelamento do objeto acarretaria aumento dos custos administrativos, em razão da necessidade de gestão e fiscalização de múltiplos contratos.

19.3.2. Poderia, ainda, comprometer a economicidade da contratação, reduzindo ganhos de escala e eficiência operacional.

19.4. Da conclusão

19.4.1. Dessa forma, conclui-se que a contratação deverá ser realizada de forma global, por meio de um único contrato, garantindo maior eficiência, economicidade, padronização e segurança jurídica na execução do objeto.

20 - PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO:

Base legal: Art. 105 da Lei nº 14.133/2021.

20.1. O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir da sua assinatura, podendo ser prorrogado sucessivamente, nos termos do art. 105 da Lei nº 14.133/2021, por se tratar de serviço de natureza contínua.

20.2. A prorrogação da vigência contratual estará condicionada à demonstração da vantajosidade para a Administração, à manutenção das condições iniciais da contratação e ao interesse público devidamente justificado.

20.3. Para fins de prorrogação, deverão ser observados, cumulativamente, a execução satisfatória do contrato, a manutenção das condições de habilitação da contratada e a existência de disponibilidade orçamentária.

20.4. A formalização da prorrogação ocorrerá mediante termo aditivo, devidamente motivado e autorizado pela autoridade competente.

20.5. A vigência contratual poderá ser encerrada nas hipóteses de rescisão previstas na Lei nº 14.133/2021, especialmente em caso de descumprimento das obrigações contratuais.

20.6. A execução dos serviços deverá ocorrer de forma contínua durante toda a vigência contratual, sendo vedada a interrupção injustificada, sob pena de aplicação das sanções cabíveis.

21 – DISPOSIÇÕES FINAIS

Base legal: Lei nº 14.133/2021.

21.1. Da vinculação

21.1.1. O presente Termo de Referência integra o processo administrativo correspondente e vincula-se ao edital de licitação e ao contrato dele decorrente, constituindo parte integrante e indissociável desses instrumentos.

21.2. Da interpretação

21.2.1. Os casos omissos serão resolvidos pela Administração, com base na legislação vigente, nos princípios que regem a Administração Pública e nas normas aplicáveis à matéria.



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

21.3. Da legislação aplicável

21.3.1. A execução do objeto reger-se-á pelas disposições da Lei nº 14.133/2021, pela legislação correlata, bem como pelas normas complementares e regulamentares aplicáveis.

21.4. Da fiscalização e controle

21.4.1. A execução contratual será acompanhada e fiscalizada nos termos definidos neste Termo de Referência, sem prejuízo das competências dos órgãos de controle interno e externo.

21.5. Da responsabilidade

21.5.1. A contratada será responsável pela fiel execução do objeto, respondendo administrativa, civil e penalmente por quaisquer irregularidades decorrentes da execução contratual.

21.6. Das alterações contratuais

21.6.1. Eventuais alterações contratuais deverão observar os limites e condições estabelecidos na legislação vigente, especialmente na Lei nº 14.133/2021.

21.7. Da vigência e execução

21.7.1. A vigência e execução do contrato observarão os prazos estabelecidos neste Termo de Referência e no instrumento contratual.

21.8. Da finalidade pública

21.8.1. A presente contratação tem por finalidade atender ao interesse público, assegurando a regularidade, a transparência e a eficiência na realização do processo seletivo simplificado.

Quijingue/BA, em 05 de maio de 2026.

Chiara Santana Ferreira

Secretária de Administração, Planejamento e Desenvolvimento Econômico

Delma Conceição Silva Rocha

Secretária Municipal de Educação

Tainne Ferreira de Abreu Barreto Nobre

Secretária Municipal de Saúde

Sélia Alves Soares

Secretária Municipal de Assistência Social e Combate à Pobreza



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE020/2026PMQ
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 063/2026
ANEXO III
CARTA DE APRESENTAÇÃO PROPOSTA DE PREÇOS

A

Prefeitura Municipal de Quijingue/BA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE020/2026PMQ

Apresentamos a Vossa Senhoria a nossa proposta de preços, detalhada na planilha anexa, para o fornecimento do objeto de que trata o PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE020/2026PMQ, conforme especificação constante do Termo de Referência do Edital.

Os prazos para cumprimento do objeto são os que se seguem:

a) Prazo de validade da proposta: (.....) dias;

b) Prazo para fornecimento: (.....) dias.

Observação: atentar para os prazos previstos no edital.

Para tanto, nos propomos a fornecer os materiais licitados pelos preços unitários constantes da planilha de quantitativos e preços unitários anexa e pelo preço global de R\$ _____ (_____).

Local e data

Assinatura e carimbo (do representante legal)

Observação: emitir em papel que identifique a licitante.



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE020/2026PMQ

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 063/2026

ANEXO IV

MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL DE PREÇOS

A

Prefeitura Municipal de Quijingue/BA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE020/2026PMQ

LICITANTE:		
END. COMERCIAL:		UF:
CEP:	FONE/FAX:	CONTATO:
INSC. ESTADUAL:		CNPJ:
E-MAIL:		VALIDADE DA PROPOSTA:
REPRESENTANTE LEGAL:		
DADOS BANCÁRIOS:		

OBJETO: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços técnicos de organização, planejamento e execução de processo seletivo simplificado, destinado ao provimento de vagas temporárias e à formação de cadastro de reserva para cargos de níveis fundamental, médio/técnico e superior, no âmbito do Município de Quijingue/BA.

Declaramos, que no preço ofertado estão inclusas todas as despesas necessárias para a execução do objeto desta licitação, sendo de nossa exclusiva responsabilidade todas as despesas, tais como: transporte, alimentação, proventos, encargos sociais, impostos, taxas, tributos, emolumentos, contribuições sociais, fiscais, parafiscais, seguros e demais despesas inerentes, estando o preço ofertado correspondendo, rigorosamente, com as especificações do objeto licitado, estamos ciente de que não cabe quaisquer reivindicações devidas a erros nessa avaliação, para efeito de solicitar revisão de preços por recolhimentos determinados pela autoridade competente.

Por esta proposta, ainda, declaramos inteira submissão aos preceitos legais em vigor, especialmente aos da Lei Federal Nº 14.133/2021, demais legislação aplicável e às cláusulas e condições constantes do Edital do PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE020/2026PMQ.



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE
CNPJ Nº 13.698.782/0001-26
Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE020/2026PMQ
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 063/2026
ANEXO V
MODELO DE CREDENCIAL

Ao Ilmo. Sr. Pregoeiro,
Prefeitura Municipal de Quijingue/BA
PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE020/2026PMQ

Sr. Pregoeiro,

A (nome da empresa)..... CNPJ, nº,
com sede à, neste ato representado pelo (s) (diretores
ou sócios, com qualificação completa - nome, RG, CPF, nacionalidade,
estado civil, profissão e endereço) pelo presente instrumento de mandato,
nomeia e constitui, seu(s) Procurador (es) o Senhor (a)
....., (nacionalidade, estado civil, profissão),
portador do Registro de Identidade nº, expedido pela,
devidamente inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da
Fazenda, sob o nº, residente à rua, nº
como meu mandatário, a quem confiro amplos poderes para junto ao
Órgão..... praticar todos os atos necessários, relativos ao
procedimento licitatório na modalidade de PREGÃO ELETRÔNICO Nº
PE020/2026PMQ, conferindo-lhe, ainda, poderes especiais para desistir de
recursos, interpô-los, apresentar lances, negociar preços e demais
condições, confessar, desistir, firmar compromissos ou acordos, receber e dar
quitação e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome
do proponente dando tudo como bom, firme e valioso.

Data e Local

Assinatura do Diretor ou Representante Legal
(Nome, carimbo e assinatura do representante legal da empresa).



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE
CNPJ Nº 13.698.782/0001-26
Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE020/2026PMQ
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 063/2026
ANEXO VI
DECLARAÇÕES

Ao Ilmo. Sr. Pregoeiro,
Prefeitura Municipal de Quijingue/BA
PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE020/2026PMQ

Sr. Pregoeiro,

A signatária _____, inscrita no CNPJ Nº _____, por intermédio de seu responsável legal _____, portador da Carteira de Identidade Nº _____ e CPF Nº _____, DECLARA QUE:

De acordo com o disposto no Inciso VI do art. 68 da Lei Nº 14.133/2021, de 01 de abril de 2021, em cumprimento ao inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Sim () Não ()

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz:

Sim () Não ()

Que cumpre, plenamente, os requisitos exigidos no procedimento licitatório referenciado.

Sim () Não ()

Igualmente, declara que nossos diretores, responsáveis legais e técnicos, membros de conselho técnico, consultivo, deliberativo ou administrativo ou sócio, não são empregados ou ocupantes de cargo comissionado na Administração Pública, bem como nossa Empresa não está incurso em nenhum dos impedimentos elencados no Edital da licitação referenciada.

Sim () Não ()

Declara também que temos pleno conhecimento de todos os aspectos relativos à licitação em causa e nossa plena concordância com as condições estabelecidas no Edital da licitação e seus anexos.

Sim () Não ()

Que se enquadra no Art. 34 d Lei 11.488/2007 e atende os requisitos previstos na Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006, em especial quanto ao seu art. 3º (microempresa e empresa de pequeno porte, ou cooperativa):

Sim () Não ()



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

- Que a proposta apresentada para participar do PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE020/2026PMQ, foi elaborada de maneira independente pela empresa (dados da empresa), e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE020/2026PMQ, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
- Que a intenção de apresentar a proposta elaborada para participar da licitação PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE020/2026PMQ, não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato do PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE020/2026PMQ, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
- Que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato do PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE020/2026PMQ, quanto a participar ou não da referida licitação;
- Que o conteúdo da proposta apresentada para participar do PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE020/2026PMQ, não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato da PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE020/2026PMQ, antes da adjudicação do objeto da referida licitação;
- Que o conteúdo da proposta apresentada para participar do PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE020/2026PMQ, não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante da Prefeitura Municipal de Quijingue – Bahia, antes da abertura oficial das propostas;
- Que a empresa não possui no seu quadro societário pessoas que tenham vínculo de forma direta ou indireta com o município, a exemplo de cargo de confiança (cargo comissionado), contrato temporário de prestação de serviços ou servidor efetivo; e
- Que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.
- Que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE020/2026PMQ, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.
- Que tem pleno conhecimento do Edital e seus Anexos e todas as informações, das condições locais e dificuldades para o cumprimento das obrigações objeto desta licitação, e ainda, que aceita como válida a situação em que se encontra para a realização do fornecimento a que se refere o PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE020/2026PMQ.

Por ser esta fiel expressão da verdade, assino a presente declaração, ciente de que a falsidade das informações acima está sujeita



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

às penalidades legais previstas no Artigo 299 do Código Penal, como também implicará na desclassificação do presente certame.

(Município sede da empresa), __ de _____ de ____.

Nome legível/Carimbo e Assinatura Autorizada da empresa

(Cargo/Função)

Doc. de Identidade Nº _____

CPF Nº _____

(APRESENTAR NO CREDENCIAMENTO)

EDITAL



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE
CNPJ Nº 13.698.782/0001-26
Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE020/2026PMQ
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 063/2026
ANEXO VII
MINUTA DO CONTRATO Nº XX/XXXX

IDENTIFICAÇÃO DAS PARTES CONTRATANTES:

CONTRATANTE: De um lado, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE QUIJINGUE**, pessoa jurídica de direito público inscrita no CNPJ sob nº 13.698.782/0001-26, localizada na Praça Hermógenes Jose Da Silva, S/N – Térreo – Centro, Quijingue - BA, representado neste ato, por seu Prefeito, o Senhor **JOSÉ ROMERO ROCHA MATOS FILHO**, brasileiro, casado, residente e domiciliado na cidade de Quijingue - Bahia, assistido juridicamente pelo Procurador Geral do Município, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**.

CONTRATADA: Do outro lado, a empresa **XXXXXXXXXX**, pessoa jurídica do direito privado, inscrita no CNPJ sob o Nº **XXXXXXXXXX**, Inscrição Estadual Nº **XXXXXXXXXX**, Inscrição Municipal Nº **XXXXXXXXXX**, com sede na **XXXXXXXXXX**, neste ato representada pelo (a) Sr. (ª) **XXXXXXXXXX**, **XXXXXXXXXX**, **XXXXXXXXXX**, inscrito no CPF sob o Nº _____, RG n.º _____, podendo ser encontrado(a) no endereço supracitado, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**.

CLÁUSULA PRÉVIA:

As partes firmam o presente Contrato, decorrente da homologação da licitação na modalidade de PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE020/2026PMQ tendo em vista o que consta no Processo Administrativo Nº 063/2026 e em observância às disposições da Lei Nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do pregão supracitado, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO:

1.1. O objeto do presente instrumento é a **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE020/2026PMQ, mediante Autorização de Fornecimento emitida pela requisitante, de forma parcelada e contínua.

1.1. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.1.1. O Termo de Referência;
- 1.1.2. O Edital da Licitação;
- 1.1.3. A Proposta da CONTRATADA;
- 1.1.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DA EXECUÇÃO:

2.1. Como condição para a manutenção deste contrato, a **CONTRATADA** deverá manter, durante todo o período de vigência todas as condições de habilitação exigidas na licitação. A **CONTRATADA** presta garantia para que os produtos sejam entregues conforme as normas legais,



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

de acordo com os limites de tolerância estipulados pelos órgãos oficiais de fiscalização, no que couber;

2.2. A **CONTRATADA** entregará os demais produtos solicitados no prazo estabelecido e será feito de forma imediata, de acordo com a necessidade do Município, informando em tempo hábil qualquer motivo impeditivo ou que impossibilite assumir o estabelecido; A **CONTRATADA** disponibilizará os produtos aos órgãos e entidades participantes através da AFM (Autorização de Fornecimento de Mercadoria), imediatamente, de acordo com os critérios previstos no ato convocatório.

2.3. Os órgãos e entidades solicitarão à **CONTRATADA**, por escrito, através de Autorização de Fornecimento de Material – AFM, e dentro do prazo de validade deste contrato, os produtos licitados de acordo com suas necessidades e respeitados os limites máximos estabelecidos no Anexo I deste termo.

2.4. Na hipótese de o fornecedor convocado não assinar este termo, ou não aceitar ou retirar o instrumento equivalente AFM, quando do seu recebimento, a Administração poderá chamar os demais licitantes remanescentes, obedecendo a ordem de classificação, e propor a convocação do fornecimento dos produtos registrados pelos preços apresentados pelo primeiro colocado, sem prejuízo das sanções previstas na Lei Federal Nº 14.133/2021 e legislação cabíveis.

2.5. Este contrato estará sujeito às regras previstas na Lei Nº 14.133/2021, inclusive quanto ao prazo de vigência.

2.5.1. A alteração ou revisão de preços implica em reequilíbrio econômico dos preços das propostas apresentadas no PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE020/2026PMQ, a qual dependerá de requerimento formal do interessado, quando visar recompor o preço que se tornou insuficiente, instruído com a documentação que comprove o desequilíbrio econômico-financeiro dos preços apresentados, devendo ser instaurada pela própria Administração quando colimar recompor o preço que se tornou excessivo.

2.5.2. A **CONTRATADA** fica obrigada a aceitar nas mesmas condições, os acréscimos ou supressões nos quantitativos registrados, limitados a 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, nos termos do caput do art. 124 e art. 125 da Lei Federal Nº 14.133/2021, através de termo aditivo unilateral por parte da administração.

2.6. As supressões poderão ser superiores a 25%, desde que haja resultado de acordo entre as partes pactuantes.

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados do (a) data de sua assinatura, na forma do artigo 105 da Lei Nº 14.133/2021.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO:

3.1. O prazo de vigência da contratação terá o seu início quando da sua assinatura, ou seja, no dia ____/____/____ e seu fim no dia



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

____/____/____, podendo ser prorrogado na forma dos artigos 106 e 107 da Lei Mº 14.133, de 2021.

3.1.1. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado.

3.1.2. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

3.1.3. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

3.1.4. O contrato não poderá ser prorrogado quando a **CONTRATADA** tiver sido penalizada nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

4. CLÁUSULA QUARTA - MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS:

4.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

5. CLÁUSULA QUINTA – SUBCONTRATAÇÃO:

5.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

6. CLÁUSULA SEXTA – PREÇO:

6.1. Dá-se a este contrato o importe de **R\$** ____ (____), pelos serviços executados constantes nos Itens, Anexo II deste contrato, conforme Proposta de Preços apresentada pela **CONTRATADA**, constantes no certame.

6.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

6.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos à **CONTRATADA** dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – PAGAMENTO:

7.1. O prazo para pagamento à contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

8. CLÁUSULA OITAVA – REAJUSTE:

8.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

8.2. Após o interregno de um ano, os preços iniciais poderão ser reajustados, mediante a aplicação do IPCA Amplo, mantido pela FGV (Fundação Getúlio Vargas) a ser solicitados pela **CONTRATADA**, que



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

dependerá de requerimento formal do interessado, quando visar recompor o preço que se tornou insuficiente, instruído com a documentação que comprove o desequilíbrio econômico-financeiro dos preços apresentados, devendo ser instaurada pela própria Administração quando colimar recompor o preço que se tornou excessivo.

8.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará à **CONTRATADA** a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja (m) divulgado (s) o (s) índice (s) definitivo (s).

8.5. Nas aferições finais, o (s) índice (s) utilizado (s) para reajuste será (ão), obrigatoriamente, o (s) definitivo (s).

8.6. Caso o (s) índice (s) estabelecido (s) para reajustamento venha (m) a ser extinto (s) ou de qualquer forma não possa (m) mais ser utilizado (s), será (ão) adotado (s), em substituição, o (s) que vier (em) a ser determinado (s) pela legislação então em vigor.

8.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:

9.1. São obrigações do **CONTRATANTE**, além das previstas no Termo de Referência:

9.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela **CONTRATADA**, de acordo com o contrato e seus anexos;

9.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

9.1.3. Notificar a **CONTRATADA**, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

9.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pela **CONTRATADA**;

9.1.5. Efetuar o pagamento à **CONTRATADA** do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

9.1.6. Aplicar à **CONTRATADA** as sanções previstas na lei e neste Contrato;

9.1.7. Cientificar a **Secretaria Municipal de XXXXXXXXXXXXX** para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pela **CONTRATADA**;

9.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

9.1.9. A Administração terá o prazo de 10 (dez) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

9.1.10. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

9.1.11. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

9.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela **CONTRATADA** com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da **CONTRATADA**, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

10.1. A **CONTRATADA**, além das obrigações elencadas no Termo de Referência, deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas, além das previstas no termo de referência:

10.1.1. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei Nº 8.078, de 1990);

10.1.2. Comunicar ao **CONTRATANTE**, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

10.1.3. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei Nº 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

10.1.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

10.1.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo **CONTRATANTE**, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

10.1.6. A **CONTRATADA** deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: **1)** Prova de regularidade relativa à Seguridade Social; **2)** Certidão conjunta relativa aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União; **3)** Certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; **4)** Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; **5)** Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT e **6)** Certidão Negativa de Tributos Municipais;

10.1.7. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao **CONTRATANTE** e não poderá onerar o objeto do contrato;

10.1.8. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

10.1.9. Paralisar, por determinação do **CONTRATANTE**, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

10.1.10. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

10.1.11. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

10.1.12. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei Nº 14.133, de 2021.

10.1.13. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

10.1.14. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVA:

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei Nº 14.133, de 2021, o contratado que:

a) Der causa à inexecução parcial do contrato;



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

b) Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) Der causa à inexecução total do contrato;

d) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

e) Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

f) Praticar ato fraudulento na execução do contrato;

g) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

h) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2. Serão aplicadas à **CONTRATADA** que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

I. **Advertência**, quando a **CONTRATADA** der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 2º, da Lei Nº 14.133, de 2021);

II. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei Nº 14.133, de 2021);

III. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas "b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 5º, da Lei Nº 14.133, de 2021).

Multa:

I. Moratória de 5% (cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 20 (vinte) dias;

II. Moratória de 0,3% (três décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 0,5% (cinco décimos por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

III. O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei Nº 14.133, de 2021.

11.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao **CONTRATANTE** (art. 156, § 9º, da Lei Nº 14.133, de 2021)



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

11.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, § 7º, da Lei Nº 14.133, de 2021).

11.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei Nº 14.133, de 2021).

11.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo **CONTRATANTE** à **CONTRATADA**, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, § 8º, da Lei Nº 14.133, de 2021).

11.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 20 (vinte) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa à **CONTRATADA**, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei Nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, § 1º, da Lei Nº 14.133, de 2021):

- a) A natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) As peculiaridades do caso concreto;
- c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) Os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei Nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei Nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

11.8. A personalidade jurídica da **CONTRATADA** poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a **CONTRATADA**, observados, em todos



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei Nº 14.133, de 2021).

11.9. O **CONTRATANTE** deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei Nº 14.133, de 2021).

11.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei Nº 14.133/21.

11.11. Os débitos do contratado para com a Administração **CONTRATANTE**, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que a **CONTRATADA** possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL:

12.1. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei Nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.1.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

12.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica **CONTRATADA**, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.3. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

12.3.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.3.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.3.3. Indenizações e multas.

12.4. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei Nº 14.133, de 2021).

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município deste exercício, na dotação abaixo discriminada.



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

Unidade	Projeto / Atividade	Elemento de Despesa	Fonte
0301 Secretaria Municipal de Administração	2041 Secretaria Municipal de Administração	3.3.9.0.39.0.0 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos
0501 Secretaria Municipal de Educação	2025 Gestão das Atividades da Secretaria de Educação	3.3.9.0.39.0.0 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	15001001 - Recurso não Vinculado de Imposto destinado a despesa com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino
0601 Secretaria de Saúde	2006 Gestão das Ações Administrativas do Fundo Municipal de Saúde	3.3.9.0.39.0.0 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	15001002 - Recurso não Vinculado de Imposto destinado a despesa com Ações e Serviços Públicos de Saúde
0802 Fundo Municipal de Assistência Social	2037 Gestão das Ações Administrativas da Secretaria Municipal de Assistência Social	3.3.9.0.39.0.0 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos

13.2. O pagamento será efetuado mediante entrega dos produtos e emissão da nota fiscal, respeitando os prazos a saber:

13.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS:

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei Nº 14.133, de 2021, e demais Normas Federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei Nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES:

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei Nº 14.133, de 2021.

15.2. A **CONTRATADA** é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

15.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do **CONTRATANTE**, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei Nº 14.133, de 2021).

15.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei Nº 14.133, de 2021.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA FISCALIZAÇÃO E RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA:

16.1. No curso da execução dos serviços, caberá ao **CONTRATANTE**, o direito de fiscalizar a fiel observância das disposições contratuais, promovendo o acompanhamento, a aferição qualitativa e a atestação dos serviços prestados, sem prejuízo da fiscalização exercida pela **CONTRATADA**.

16.2. A fiscalização e acompanhamento da execução deste contrato será exercida por um representante do **CONTRATANTE**, o (a) Servidor(a) Sr. (a). **XXXXXXXXXX**, Matrícula Nº **XXXXX**, CPF Nº **XXXXXXXXXXXXXX** designado pela **Portaria Municipal Nº XXX/XXXX**, neste ato denominado **FISCAL**, devidamente credenciado pela Administração, ao qual competirá acompanhar as negociações, desde o ato da assinatura deste contrato até o prazo final, a quem competirá dirimir as dúvidas que surgirem neste curso, inclusive acompanhar o pagamento (vide cláusula nona), e de tudo dará ciência ao credenciante, conforme Art. 117 da Lei Nº 14.133/2021 e legislação complementar.

16.3. A fiscalização exercida pelo **CONTRATANTE** não implica em corresponsabilidade sua ou do responsável pelo acompanhamento do contrato, não excluindo nem reduzindo a responsabilidade da **CONTRATADA**, inclusive por danos que possam ser causados ao **CONTRATANTE** ou a terceiros, por qualquer irregularidade decorrente de culpa ou dolo da **CONTRATADA** na execução do contrato.

16.4. A **CONTRATADA** é responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou ao acompanhamento pelo órgão interessado.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO:

17.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei Federal Nº 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei Federal Nº 14.133, de 2021, e ao art. 8º, § 2º, da Lei Federal Nº 12.527, de 2011.



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO:

18.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Quijingue – Bahia, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, § 1º, da Lei Nº 14.133/21.

19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DISPOSIÇÕES FINAIS:

19.1. E por estarem assim justas e acertadas, foi elaborado o presente Contrato em 02 (duas) vias de igual teor, para um só efeito, sem rasuras ou emendas, o qual, depois de lido e achado conforme, perante duas testemunhas a tudo presentes, vai pelas partes assinado, as quais se obrigam a cumpri-lo.

Quijingue (BA), ** de ***** de ****.

Prefeitura Municipal de Quijingue

CNPJ sob Nº 13.698.782/0001-26

José Romero Rocha Matos Filho

Representante legal do CONTRATANTE

Fundo Municipal de *** de Quijingue**

CNPJ Nº *****

Gestora Fundo

Contratante

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

CNPJ Nº XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

CPF Nº XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Contratada



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE
CNPJ Nº 13.698.782/0001-26
Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE020/2026PMQ
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 063/2026
ANEXO VIII
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº XXX / XXXX

No dia ** de ***** de *****, no **MUNICÍPIO DE QUIJINGUE, ESTADO DA BAHIA**, pessoa jurídica de direito público inscrita no CNPJ sob nº 13.698.782/0001-26, localizada na Praça Hermógenes Jose Da Silva, S/N – Térreo – Centro, Quijingue - BA, representado neste ato, por seu Prefeito, o Senhor **JOSÉ ROMERO ROCHA MATOS FILHO**, brasileiro, casado, residente e domiciliado na cidade de Quijingue - Bahia, **RESOLVE** registrar preços para eventual aquisição em face da apresentação da(s) proposta(s) da(s) empresa(s) abaixo qualificada(s):

Fornecedor:

CNPJ:

Representante:

Telefone:

Email:

Endereço:

Item	Quantidade	Unidade	Marca	Modelo	Preço Unitário	Valor Total

Total: R\$ *****

As especificações técnicas constantes do processo em epígrafe, assim como todas as obrigações e condições descritas na minuta da Ata de Registro de preço e na Proposta de Preços integram esta ARP, independentemente de transcrição.

A validade desta Ata de Registro de preço é até **/**/****, a contar do dia **/**/****.

CLÁUSULA 1ª - DA EXPECTATIVA DO FORNECIMENTO E FORMA DE PAGAMENTO:

1.1 - Esta Ata não obriga o MUNICÍPIO DE QUIJINGUE a firmar contratações com o FORNECEDOR, podendo ocorrer licitações específicas para os produtos registrados, observada a legislação pertinente, sendo assegurada preferência de fornecimento ao detentor do registro em igualdade de condições, além de que esta ata de registro de preços



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

consiste em futura e eventual contratação, conforme as disposições contidas no instrumento convocatório e propostas apresentadas.

1.2 - O preço estimado a ser pago ao Fornecedor acima, observada a seguinte forma de pagamento: Mensalmente, através de transferência eletrônica em Conta do Credor.

1.3 - Os pagamentos devidos à Fornecedora serão efetuados no prazo de até 30 (trinta) dias contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, desde que não haja pendência a ser regularizada pelo Contratado e esteja devidamente atestada a execução contratual, devendo ainda a Nota Fiscal discriminar os percentuais das despesas referentes a insumos e a mão de obra.

1.4 - A conta do Credor deverá ser preferencialmente mantida em instituição financeira idêntica ao do CONTRATANTE.

1.5 - Em caso de impossibilidade do cumprimento do item 1.4, o credor ficará responsável pelas custas das tarifas bancárias em decorrência do pagamento.

1.6 - Os preços acordados compreendem todos os custos de execução, diretos ou indiretos.

CLÁUSULA 2ª - DO PEDIDO DE FORNECIMENTO:

2.1 - A requisição dos bens ou serviços será formalizada pelo MUNICÍPIO DE QUIJINGUE mediante a emissão de Ordem de Fornecimento, observadas as disposições contidas no Edital de **PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE020/2026PMQ**.

2.2 - O Fornecedor registrado fica obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a validade desta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA 3ª - DO GERENCIAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

3.1 - O gerenciamento deste Instrumento, nos aspectos operacional e contratual, caberá à Secretaria do MUNICÍPIO DE QUIJINGUE, através do seu Setor de Compras, competindo-lhe:

3.2 - Notificar a empresa registrada para o fornecimento dos produtos, após a emissão da Ordem de Fornecimento, informado as quantidades a serem entregues;

3.3 - Coordenar as formalidades e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas no Edital da licitação e na presente Ata.

CLÁUSULA 4ª - DO CADASTRO DE RESERVA:

4.1 - Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação.

4.2 - Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

4.3 - O registro a que se refere o item 4.1 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

de atendimento pelo signatário da ata.

4.4 - Para fins da ordem de classificação, serão consideradas as propostas finais apresentadas pelos fornecedores, mesmo que aceitem, ao final da licitação, a redução do preço ofertado pelo vencedor.

4.5 - A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 4.1 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

4.5.1 - Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital;

4.5.2 - Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas na Cláusula 15ª; e

4.5.3 - Quando o licitante vencedor não puder atender à demanda apresentada pela Administração.

CLÁUSULA 5ª - DO CONTROLE E ALTERAÇÃO DOS PREÇOS:

5.1 - Os preços considerados para o fornecimento dos produtos será o preço estabelecido na proposta final apresentada pelo FORNECEDOR, parte integrante deste instrumento.

5.1.1. Os valores totais registrados em Ata são meramente estimativos, de forma que os pagamentos devidos às VENCEDORAS dependerão dos quantitativos dos produtos efetivamente entregues.

5.1.2. A existência de preços registrados não obriga a administração a contratar, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, assegurada preferência ao prestador de serviço registrado em igualdade de condições.

CLÁUSULA 6ª - DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1 - Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados as condições dispostas na Lei federal Nº 14.133/2021, em especial:

6.1.1 - A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor;

6.1.2 - Deverá ser apresentada, obrigatoriamente, a justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público.

6.1.3 - A demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei Nº 14.133, de 2021.

6.2 - O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

6.3 - Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

6.4 - O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

6.5 - O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 6.1.

6.6 - As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

6.7 - O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

6.8 - A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 6.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei Nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA 7ª - DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

7.1 - A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogada por igual período, nos termos e observadas as exigências contidas no art. 84 da Lei federal Nº 14.133/2021.

7.2 - A vigência dos contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços observará o disposto no parágrafo único do art. 84 da Lei federal Nº 14.133/2021, podendo ser alterados, observados os preceitos estabelecidos no art. 124 da mesma Lei.

CLÁUSULA 8ª - DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

8.1 - O extrato da presente Ata de Registro de Preços será publicado conforme o disposto na Lei federal Nº 14.133/2021.

CLÁUSULA 9ª - DAS OBRIGACOES E RESPONSABILIDADES DO FORNECEDOR:



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

9.1 - Manter, durante toda a vigência desta Ata, compatibilidade com as obrigações por ela assumidas e todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no edital.

9.2 - Fornecer os bens ou produtos no local de entrega previsto no Edital, acompanhados dos correspondentes termo(s) de garantia.

9.3 - Cumprir todas as demais obrigações impostas pelo edital e seus anexos.

9.4 - Promover por sua conta, através de seguros, a cobertura dos riscos a que se julgar exposta, em vista das responsabilidades que lhe cabem na execução do objeto do edital.

9.5 - Como condição para Assinatura de Contrato, Nota de Empenho, Autorização de Fornecimento, Ordem de Serviço ou instrumento equivalente, o fornecedor deverá estar com a documentação obrigatória válida e obrigatoriamente apresentar:

a) Certidão Negativa de Débito dos Tributos Federais, Estaduais e Municipais;

b) Certidão Negativa de Débito do FGTS e Trabalhista;

CLÁUSULA 10ª - DAS OBRIGACOES E RESPONSABILIDADES DO MUNICÍPIO DE QUIJINGUE:

10.1 - Efetuar o pagamento ao fornecedor de acordo com as condições de preço e prazo estabelecidos no edital.

10.2 - Conduzir os procedimentos relativos a eventuais renegociações dos preços registrados.

10.3 - Promover o acompanhamento e fiscalização da execução do objeto de forma que sejam mantidas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

10.4 - Aplicar as penalidades por descumprimento do pactuado no edital.

CLÁUSULA 11ª - DA ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS:

11.1 - Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

11.1.1 - Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de atos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei Nº 14.133, de 2021;

11.1.2 - Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

11.1.3 - Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei Nº 14.133, de 2021.

11.2 - No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e os índices estabelecidos no Edital para cada um dos produtos.

11.3 - No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

CLÁUSULA 12ª - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

12.1 - Na licitação para registro de preços não é necessário indicar a dotação orçamentária, que somente será exigida para a formalização do Contrato, Nota de Empenho, Autorização de Fornecimento, Ordem de Serviço ou instrumento equivalente.

CLÁUSULA 13ª - DA NEGOCIAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS:

13.1 - Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

13.1.1 - Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

13.1.2 - Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

13.1.3 - Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

13.1.4 - Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei Nº 14.133, de 2021.

13.2 - Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

13.2.1 - Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

13.2.2 - Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que o inviabilize preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, sem prejuízo das sanções previstas na Lei federal Nº 14.133/2021, e na legislação aplicável.

13.2.3 - Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados.

13.2.4 - Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

13.3 - Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 13.2, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

13.4 - O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei federal Nº 14.133/2021.

CLÁUSULA 14ª – DO REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

14.1 - As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

14.2 - O remanejamento somente poderá ser feito de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

14.3 - O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

14.4 - Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

14.5 - Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

14.6 - Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

CLÁUSULA 15ª – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS:

15.1 - O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

15.1.1 - Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

15.1.2 - Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

15.1.3 - Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista neste instrumento ou no Edital; ou

15.1.4 - Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei Nº 14.133, de 2021.

15.2 - Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei Nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

15.3 - O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 15.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

15.4 - Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

15.5 - O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

15.5.1 - Por razão de interesse público;

15.5.2 - A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

15.5.3 - Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado se tornar superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do quanto disposto neste instrumento.



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

CLÁUSULA 16ª – DO FORO

16.1 - As partes elegem o foro da Comarca de Euclides da Cunha – Bahia, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir quaisquer dúvidas que surgirem na execução do presente Instrumento.

A presente Ata de Registro de Preços, após lida e achada conforme, é assinada pelas partes.

JOSÉ ROMERO ROCHA MATOS FILHO
PREFEITO MUNICIPAL

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
CNPJ Nº XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

EDITAL